



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ANDRÉ GUSTAVO PINHEIRO DOS SANTOS

**A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE
COURO MASTROTTO REICHERT S/A E AS IMPLICAÇÕES
SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA**

SALVADOR
2010

ANDRÉ GUSTAVO PINHEIRO DOS SANTOS

**A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE
COURO MASTROTTO REICHERT S/A E AS IMPLICAÇÕES
SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia – MGEO, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Profª Drª Barbara-Christine Nentwig Silva

SALVADOR
2010

S237

Santos, André Gustavo Pinheiro dos.

A implantação da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A e as implicações socioespaciais no município de Cachoeira- Ba / André Gustavo Pinheiro dos Santos . _ Salvador, 2010.

108 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva.

Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2010.

1. Territorialidade urbana – Cachoeira (BA). 2. Industrialização – Cachoeira (BA). 3. Corporações. 4. Desenvolvimento regional. I. Silva, Barbara-Christine Nentwig. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU 711(813.8)

ANDRÉ GUSTAVO PINHEIRO DOS SANTOS

**A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE
COURO MASTROTTO REICHERT S/A E AS IMPLICAÇÕES
SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA**

BANCA EXAMINADORA:

Barbara-Christine Nentwig Silva
Doutora em Geografia – Universität Freiburg/Alemanha
Orientadora – Universidade Federal da Bahia

Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva
Doutor em Geografia – Université de Toulouse/França
Universidade Federal da Bahia

Elsa Sousa Kraychete
Doutora em Administração – Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

SALVADOR
2010

“...você não sabe o quanto eu caminhei, pra chegar até aqui...”

Cidade Negra

Aos meus pais e meus irmãos, que sempre renovam para mim a importância e o valor da família.

À minha esposa e meus filhos, que a cada dia fazem da minha vida uma eterna conquista. A eles que sempre estão trazendo uma palavra de conforto, entusiasmo, fraternidade e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre foi e continuará sendo meu alicerce espiritual, dando-me energia e força para enfrentar e superar os desafios da minha vida.

A minha família, que sempre tem buscado trazer apoio e ajuda nos momentos mais difíceis.

A minha esposa Diana e meu filho Gabriel que participaram de tudo isso, no dia-a-dia, os finais de semana em casa, os dias de solidão por conta do trabalho e dos compromissos da pesquisa, vocês conseguem reviver minha chama de amor e gratidão.

A minha orientadora, Prof^a Barbara-Christine Nentwig Silva, com quem aprendi que além da competência profissional, é preciso ter outras qualidades que fazem das pessoas coerentes e sábias. Suas orientações vão para além da construção da dissertação, serviram para continuar minha caminhada.

Ao Prof. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, pelas sugestões e recomendações valiosas, lançadas principalmente quando refletia sobre a pesquisa e os caminhos para trilhar.

A Prof^a Elsa Sousa Kraychete, por aceitar contribuir para qualificação do meu trabalho e fazer consideráveis indicações sobre o mesmo.

Aos amigos geógrafos Cléssio Cruz, Edney Conceição, Cláudio Ressurreição, Wodis Kléber, Jânio Roque, pelo apoio, incentivo e admiração, que ajudaram-me a trilhar os meandros deste trabalho dissertativo.

As minhas irmãs da Geografia Josemare Pereira dos Santos Pinheiro e Maria da Glória Figueiredo, vocês confirmam para mim que existe amizade verdadeira e sempre farão parte da minha vida.

Aos colegas da turma de mestrado, pela acolhida generosa e pelo clima fraterno constituído em nossa convivência.

Às instituições de ensino onde eu trabalho e que sempre contribuíram para o êxito desse trabalho.

Aos colegas de profissão que se tornaram grandes amigos, sempre estando dispostos a colaborar comigo para a conclusão desse trabalho.

Agradeço também aqueles que aqui não nomeei, mas que, de modo direto ou não, contribuíram para que eu pudesse viver este momento de plena realização.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho constitui-se numa busca de entendimento da atuação das corporações internacionais que criam suas próprias territorialidades redefinindo o território e o papel do Estado na lógica do sistema produtivo global contemporâneo. Nesse contexto, a instalação de unidades produtivas dessas corporações tem sido apreciada e valorizada como estratégia de desenvolvimento, destacando-se, no Brasil, numa dimensão regional e se materializando nas suas municipalidades. Assim, este estudo refere-se a uma dessas municipalidades, Cachoeira-BA, localizada no Recôncavo Sul da Bahia, na Região Administrativa de Santo Antonio de Jesus e distando 110 km de Salvador, a capital do Estado, propondo-se responder a questão central da pesquisa, qual seja: de que modo a implantação e funcionamento da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A implica na dinâmica socioespacial do município de Cachoeira-Ba? Objetiva-se analisar as repercussões socioespaciais decorrentes desse investimento nessa área de estudo. Busca-se entender o papel exercido pela Mastrotto Reichert S/A no município em destaque e correlacionar as idéias aqui apresentadas com a realidade de apropriação e uso do território criado ou redefinido por ela, a serviço do seu capital corporativo. Nessa perspectiva, enquadram-se os procedimentos metodológicos que estão estruturados em três fases: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, com intuito de atingir os objetivos propostos de acordo com as questões da pesquisa, estando aí a importância e relevância desse trabalho como possibilidade de fazer uma leitura contextualizada e singular da temática em destaque. Desse modo, o que foi tentado nessa pesquisa foi demonstrar como ocorreram transformações na vida social e econômica do município de Cachoeira com a chegada desse empreendimento produtivo que emprega hoje 531 trabalhadores, a maioria de Cachoeira. Revelam-se ações de baixo desenvolvimento, as quais necessitam de um melhor planejamento envolvendo diversos agentes sociais para uma maior eficiência e qualidade de vida para os envolvidos, bem como, apresenta-se novas possibilidades de ações conjuntas entre os agentes públicos para potencializar novos investimentos dessa natureza numa conjuntura regional.

Palavras-chave: Corporações, desenvolvimento, implicações socioespaciais, Mastrotto Reichert, Cachoeira-BA

ABSTRACT

This study represents a quest with the objective of understanding the role of international corporations which create their own territory and territoriality redefining the state role in the logic of contemporary global production system. Within this context, the installations of production units of these corporations have been appreciated and valued as a development strategy, especially in Brazil, within a regional dimension and materializing themselves in the country's municipalities. Thus, this study refers to one of these municipalities, i.e., Cachoeira, which is located in Bahia's southern Reconcavo region, in the Administrative Pole of Santo Antonio de Jesus, 110 km distant from Salvador, the capital of the state, proposing to answer the research central question which is: how can the deployment and operation of Mastrotto Reichert Leather Processing Industry involve Cachoeira Town's socio-spatial dynamic. It aims to examine the socio-spatial implications arising from this investment in this area of study, seeking to understand the role played by Mastrotto Reichert Corporation in the mentioned Town as well as to correlate the ideas presented here with the ownership reality and the use of the land it created or redefined by itself in the service of its corporate capital. From this perspective, the methodological procedures are fitted structured into three phases: a literature review, desk research and field research with a view to achieving the proposed objectives according to the survey questions standing for this work's importance and relevance as the possibility of doing a natural and contextualized reading of the theme in focus. Thus, this study tries to demonstrate how and what changes have occurred in Cachoeira Town's social and economic life with the installation of such productive enterprise that now employs 531 workers, most from the said Town. The development under the management model adopted by the Company has been admittedly low, requiring better planning involving various social agents for the whole network staff's better efficiency and better quality of life, presenting new opportunities of joint actions among public agents in order to enhance new investments in a regional nature context.

Keywords: Corporations, development, socio-spatial implications, Mastrotto Reichert, Cachoeira-BA

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização de Cachoeira – BA	15
Figura 02 - Unidade Industrial Mastrotto Reichert – BR 101 – km 201	15
Figura 03 - Objetivos e problemas da pesquisa	19
Figura 04 - Localização-Município de Cachoeira e sede da Mastrotto Reichert	51
Figura 05 - Ligação Cachoeira/São Félix	53
Figura 06 - População total, 1970 – 2010 – Cachoeira	56
Figura 07 - Imagem aérea da unidade industrial Mastrotto Reichert.....	58
Figura 08 – Percurso do transporte dos trabalhadores da Mastrotto Reichert de Cachoeira/São Félix	65
Figura 09 - Nível de escolaridade dos trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira -2009.....	76
Figura 10 - Distribuição por sexo – trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira – 2009	77
Figura 11 - Naturalidade dos trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira - 2009	80
Figura 12 - Função dos trabalhadores na Mastrotto Reichert – Cachoeira – 2009 ...	84
Figura 13 - Faixa salarial mensal dos trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira -2009.....	86
Figura 14 - Tempo de serviço dos trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira – 2009	88
Figura 15 - Programa de qualificação profissional – Mastrotto Reichert – Cachoeira – 2009	89
Figura 16 - Programa de qualidade de vida – Mastrotto Reichert - Cachoeira – 2009	90

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Acesso povoado de Capoeiruçu – Sede Municipal de Cachoeira.....	52
Foto 02 - Casa da Irmandade da Boa Morte – Centro Histórico de Cachoeira	54
Foto 03 - Ponto de embarque e desembarque dos trabalhadores da Mastrotto Reichert.....	66
Foto 04 – Centro comercial da cidade de Cachoeira	66
Foto 05 – Fluxo diário do transporte coletivo dos trabalhadores da Mastrotto Reichert	67
Foto 06 – Trabalhador da Mastrotto Reichert saindo de sua residência para o trabalho	68
Foto 07 – Via de acesso ao povoado de Capoeiruçu – unidade industrial Mastrotto Reichert.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quadro de funcionários Mastrotto Reichert – Cachoeira – 2009.....	63
Tabela 02 - Fluxo diário de funcionários da Mastrotto Reichert (transporte coletivo) – 2009	64
Tabela 03 - Admissão da unidade industrial Mastrotto Reichert – 2009	75
Tabela 04 - Nível de escolaridade dos trabalhadores – Mastrotto Reichert – 2009	75
Tabela 05 - Distribuição etária dos trabalhadores – Mastrotto Reichert – 2009.....	77
Tabela 06 - Trabalhadores da Mastrotto Reichert – Sexo – 2009	78
Tabela 07 - Aproveitamento do rendimento mensal.....	79
..	
Tabela 08 - Naturalidade dos trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira – 2009	80
Tabela 09 - Faixa salarial mensal dos trabalhadores – Mastrotto Reichert.....	85
Tabela 10 - Função na unidade industrial – Mastrotto Reichert – 2009	86
Tabela 11 - Tempo de Serviço dos trabalhadores – Mastrotto Reichert – 2009	87
Tabela 12 – Benefícios concedidos pela indústria aos trabalhadores.....	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO E CORPORações	23
2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E AS MÚLTIPLAS ACEPÇÕES SOBRE TERRITÓRIO	23
2.2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE CORPORações E A TENTATIVA DE UMA DEFINIÇÃO PARA TERRITÓRIO CORPORATIVO	27
3 A POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL E NA BAHIA	32
3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O MODELO INDUSTRIAL BRASILEIRO	32
3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA.....	36
3.3 A INTERIORIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NA BAHIA – O CASO DO RECÔNCAVO BAIANO.....	46
4 A TERRITORIALIDADE DA MASTROTTO REICHERT EM CACHOEIRA-BA	51
4.1 O MUNICÍPIO CACHOEIRA E A EMPRESA MASTROTTO REICHERT.....	51
4.2 ESTRATÉGIAS DE RELAÇÃO DA MASTROTTO REICHERT COM O TERRITÓRIOCORPORATIVO.....	61
4.3 A MASTROTTO REICHERT E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA TERRITORIAL.....	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE	99
ANEXO	108

1 INTRODUÇÃO

A atual dinâmica das corporações internacionais, que buscam criar suas novas e próprias territorialidades, impõe-se na lógica do sistema produtivo global contemporâneo, o qual se consolida pelas vantagens oferecidas por ambientes em que exista uma maior fragilidade do Estado. No âmbito de diferentes países, a instalação dessas corporações tem sido buscada como estratégia de desenvolvimento, o que se repete no Brasil, especificamente nas suas municipalidades. Este estudo refere-se a uma dessas municipalidades, Cachoeira-Bahia, localizada na região econômica denominada de Recôncavo Sul da Bahia, na Região Administrativa de Santo Antonio de Jesus e distando 110 km de Salvador, a capital do Estado (figura 01).

Propõe-se aqui discutir a realidade do processo industrial de implantação da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A, que tem capital ítalo-brasileiro, resultante de uma fusão entre duas empresas atuantes nesse segmento produtivo, quais sejam Grupo Mastrotto S/A e Curtume Reichert S/A. Sua unidade industrial está instalada na rodovia BR-101, km 201, no povoado de Capoeiruçu, no distrito de Belém da Cachoeira e está a uma distância de aproximadamente 5km da sede municipal. A figura 02 mostra a sua localização, bem como, sua posição privilegiada em relação ao sistema viário regional e nacional.

A indústria Mastrotto Reichert S/A, no município de Cachoeira, é especializada na produção de capa para sofá de couro, raspa bovina acabada e couro bovino acabado, sendo a origem de sua matéria-prima, algumas fazendas do Centro-Sul, especialmente nos estados da região Centro-Oeste que desenvolvem um sistema de criação bovina com essa finalidade. A produção realizada pela referida unidade industrial destina-se ao mercado internacional, tendo como principais clientes: o mercado europeu, o mercado norte-americano e o mercado asiático. A indústria está associada ao Sindicato da indústria do curtimento de couros e peles no Estado da Bahia e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).

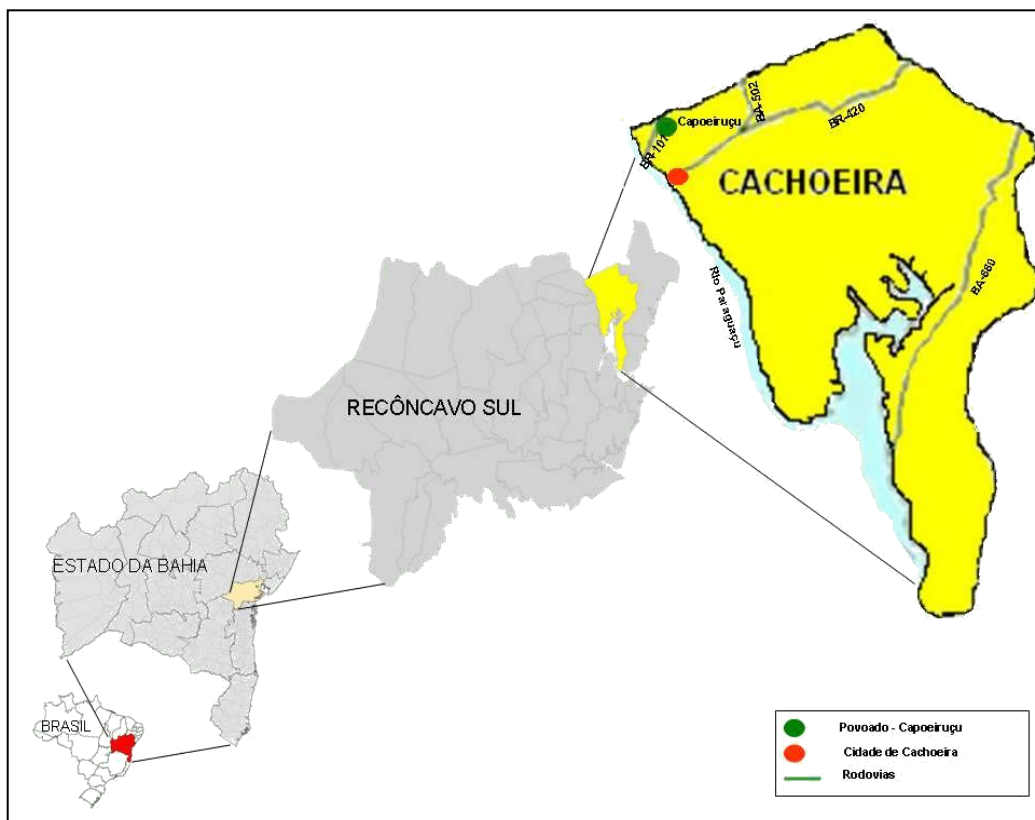


Figura 01: Localização de Cachoeira - BA

Fonte: SEI, 2010, adaptado por: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2010

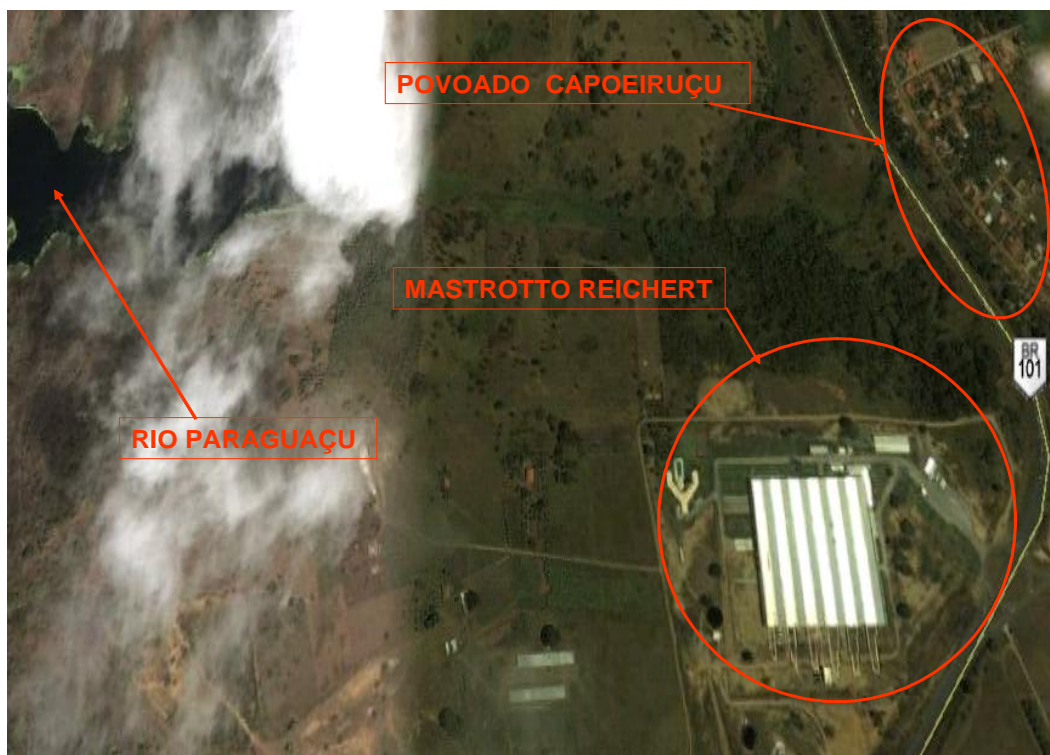


Figura 02: Localização da unidade industrial Mastrotto Reichert

Fonte: Google Earth, 2010, adaptado por: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2010

O foco deste estudo é destacar as idéias que norteiam as discussões sobre apropriação, uso e definição dos territórios por parte das grandes empresas, políticas públicas e vetores de desenvolvimento local e regional, considerando as particularidades inerentes à realidade em estudo e suas possíveis relações com a dinâmica corporativa dos conglomerados que atuam nas múltiplas escalas geográficas de análise espacial.

Neste sentido, há um direcionamento especial para o processo de interiorização da industrialização na Bahia, ocorrido marcadamente nos anos 1990 e 2000, orientado pela política do estado para o setor, com a implantação de alguns pólos industriais, tendo como destaque municípios como Ilhéus, com a implantação do segmento de produtos de informática, Itapetinga e Serrinha, no setor calçadista. No Recôncavo Baiano, destacando-se Cachoeira, Cruz das Almas, Conceição do Almeida e Castro Alves, no setor de calçados e curtimento de couro.

No ano 2000, o município de Cachoeira, conhecido pelo seu acervo histórico, arquitetônico e cultural, passou a conviver com um novo cenário socioespacial, a partir da implantação da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A, empresa que atua no segmento de curtimento de couros. Seu quadro de funcionários é constituído de trabalhadores da região, predominantemente de Cachoeira.

O projeto de implantação da indústria fez parte da Política Industrial do Estado da Bahia, marcada pela oferta de isenção fiscal e outros benefícios atrativos ao capital especulativo-produtivo das corporações internacionais, o qual se caracteriza por estratégias mercadológicas de apropriação de territórios ao seu uso para produzir e gerar divisas.

Assim, observa-se que a apropriação de espaços e criação de seus territórios por parte das grandes empresas ou corporações, não está necessariamente ligado à vocação tradicional dos lugares, pois se assim o fosse, o município de Cachoeira concentraria mais investimentos para segmentos ligados a sua potencialidade histórica, arquitetônica e cultural.

Deste modo, os interesses das corporações ultrapassam fronteiras culturais e políticas. Portanto, a definição locacional é resultante de ensaios mercadológicos para se fazer investimentos. Este foi o caso da Mastrotto Reichert, que chegou ao referido município pretendendo se apropriar das condições favoráveis do mesmo e

criar as condições favoráveis para o desenvolvimento de suas ações, sem estar diretamente vinculada à questão histórica ou cultural desse recorte espacial.

A tentativa realizada nessa pesquisa de compreender tal universo, assume relevância na medida em que não foram encontrados trabalhos que mencionem esse vetor produtivo como elemento integrante da dinâmica socioespacial de Cachoeira, o que possibilita fazer uma leitura contextualizada e singular da temática em destaque.

A opção pelo estudo não se deu apenas enquanto uma vontade própria de conhecer o funcionamento desse segmento corporativo no município de Cachoeira, mas na necessidade de analisar e compreender as implicações socioespaciais da implantação e funcionamento da empresa Mastrotto Reichert no município de Cachoeira, já que o mesmo tem uma vocação própria na questão cultural, principal vetor de desenvolvimento e de interesse dos agentes públicos municipais, os quais reconhecem na aliança entre turismo e cultura, o mais importante elemento dinamizador da economia e vida social dessa municipalidade. Assim, busca-se entender como esse recente processo socioespacial tem produzido mudanças, implicando numa nova realidade local.

Buscando investigar e conhecer tal processo, é que o problema dessa pesquisa centra-se na seguinte questão: De que modo a implantação e funcionamento da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A implica na dinâmica socioespacial do município de Cachoeira?

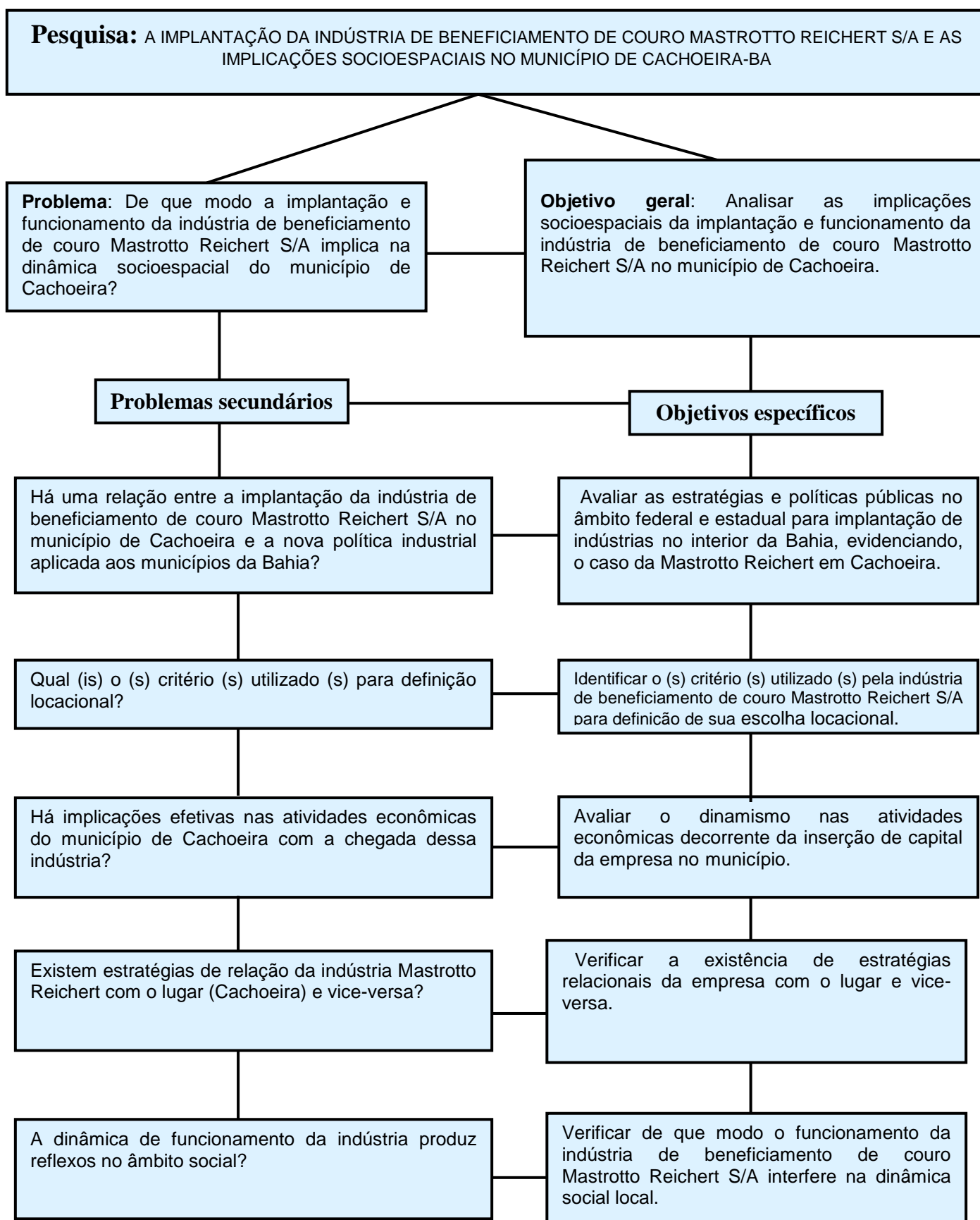
Deste problema derivam outros, quais sejam: a) há uma relação entre a implantação da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A no município de Cachoeira e a nova política industrial aplicada aos municípios da Bahia? b) qual (is) o (s) critério (s) utilizado (s) para definição locacional? c) há implicações efetivas nas atividades econômicas do município de Cachoeira com a chegada dessa indústria? d) existem estratégias de relação da indústria Mastrotto Reichert com o lugar (Cachoeira) e vice-versa? e) a dinâmica de funcionamento da indústria produz reflexos no âmbito social?

A partir desse conjunto de questões, pode-se formular o objetivo geral da pesquisa: analisar as implicações socioespaciais da implantação e funcionamento da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A no município de Cachoeira. Este desdobrou-se em outros de caráter mais específico: a) avaliar as estratégias e políticas públicas no âmbito federal e estadual para implantação de

indústrias no interior da Bahia, evidenciando, o caso da Mastrotto Reichert em Cachoeira; b) identificar o (s) critério (s) utilizados pela indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A para definição de sua escolha locacional; c) avaliar o dinamismo nas atividades econômicas decorrente da inserção da empresa no município; d) verificar a existência de estratégias relacionais da empresa com o lugar e vice-versa; e) verificar de que modo o funcionamento da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A interfere na dinâmica social local.

Tais problemas, assim como os objetivos que norteiam e justificam essa pesquisa, são resumidos no fluxograma a seguir (figura 03) e permitem entender a sistemática desse estudo.

Figura 03 - Objetivos e problemas da pesquisa



Em relação à estrutura metodológica, esta pesquisa classifica-se como qualitativa de natureza exploratória, uma vez que para Gil (2002) e Lakatos (2002), através de uma investigação sistematizada dos fatores que exercem influência na situação-problema por parte do pesquisador, haverá a possibilidade de entendimento dos elementos que constituem o objeto de pesquisa. Com isso, buscou-se descobrir e apropriar-se das variáveis significativas e que tipos de instrumentos poderiam ser usados para obter as medidas necessárias ao estudo final.

Assim, esta pesquisa estruturou-se em três fases, quais sejam:

A) na primeira, fez-se revisão bibliográfica, ancorada nos conceitos de espaço geográfico, território, corporações e território corporativo, o que serviu de embasamento teórico-conceitual.

B) na segunda fase, buscou-se acesso ao corpo diretivo da indústria, para obtenção de informações sobre o projeto de implantação da mesma e condições de trabalho, remuneração e direitos trabalhistas e previdenciários dos seus funcionários.

Ainda nesta fase de pesquisa, ocorreu a busca de informações nos órgãos públicos competentes nas esferas federal, estadual e municipal (Ministério do Planejamento, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Secretaria Estadual da Fazenda, Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social, Secretarias Estadual e Municipal da Indústria e Comércio e Secretaria Municipal da Administração) para conhecer as bases legais de implantação e funcionamento da indústria.

Fez-se também uma investigação e análise das publicações editoriais da mídia, em especial a imprensa escrita de abrangência local (Jornal *O Guarani*) e estadual (Jornal *A Tarde*, Jornal *Correio da Bahia* e Jornal *Tribuna da Bahia*) sobre o processo de implantação e o funcionamento da indústria no município de Cachoeira, para compreender as percepções sobre a questão em destaque. Entretanto, não foram encontrados relatos ou informações significativos, apenas alguns depoimentos informais com pessoas que participavam do editorial do Jornal *O Guarani*, os quais revelaram sua participação em alguns eventos que marcaram a inauguração da unidade fabril.

No tocante ao poder público municipal, foi verificado se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município mencionava algum aspecto relativo à

inserção de atividades produtivas no município e ordenamento do solo urbano, já que o município apresenta uma população acima de 20.000 habitantes, sendo previsto pelo estatuto da cidade, conforme Constituição Federal, a necessidade de políticas de planejamento urbano e gestão das cidades.

C) a terceira fase constituiu-se de levantamento de campo, com a realização de entrevistas, aplicação de questionários e observação direta.

As entrevistas aconteceram com 02 (dois) dirigentes da indústria, para verificar a configuração das estratégias relacionais da empresa com o município de Cachoeira e identificar os critérios utilizados para definição locacional. Também foram entrevistados representantes da gestão pública municipal: o prefeito, quatro secretários municipais, cinco diretores de instituições de ensino e cinco coordenadores de órgãos da saúde pública municipal, para conhecer as formas de inserção da indústria no contexto social, político e econômico local e os reflexos na vida cotidiana dos munícipes. Outras entrevistas foram feitas com 02 (dois) representantes do sindicato de trabalhadores do ramo de couro que agrega os funcionários da referida indústria e 10 (dez) ex-funcionários.

Os questionários foram aplicados a 20 (vinte) proprietários de estabelecimentos comerciais (bares, lanchonetes, supermercados, mercadinhos, restaurantes, hotéis e pousadas), localizados no centro comercial da cidade e nas áreas de residência dos trabalhadores como: Caquende, Pitanga, Ladeira de Cadeia e Rua da Feira, com intuito de avaliar possíveis implicações financeiras do funcionamento da Mastrotto Reichert, especificamente, aumento de consumo por parte dos seus funcionários e dinamismo na economia do município.

Os funcionários da indústria foram abordados também a partir de questionários. Foram aplicados 200 (duzentos) questionários, dentre os 325 (trezentos e vinte e cinco) trabalhadores da indústria residentes no município de Cachoeira, o que corresponde a 38% do total de 531 (quinhentos e trinta e um) funcionários da Mastrotto e 62% do total de funcionários que residem no município de Cachoeira. Estes funcionários desempenham funções administrativas do setor de produção e serviços gerais, e foram localizados nos pontos de parada do transporte que atende ao deslocamento dos trabalhadores na sede municipal, bem como, em locais de entretenimento como bares, restaurantes e centros recreativos. Em especial 54 (cinquenta e quatro) funcionários foram encontrados no povoado de Capoeiruçu, onde se localiza a indústria, cujos questionários foram aplicados em

suas residências ou locais de lazer como campos de futebol, bares e lanchonetes. Através das suas respostas, buscou-se conhecer a dinâmica cotidiana de trabalho e as percepções quanto ao funcionamento da indústria de um modo geral.

De modo complementar, realizou-se observação do trajeto feito pelos trabalhadores do local de moradia para a indústria, intentando detectar modificações espaciais ocorridas em função da realização desse trajeto.

Os dados coletados foram confrontados com a fundamentação teórica e serviram como suporte para a elaboração da dissertação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO E CORPORAÇÕES

Neste capítulo são abordados os conceitos basilares da pesquisa, a partir de teorias centrais em suas definições. Assim, inicia-se por uma abordagem múltipla do espaço geográfico, a partir da qual deriva as conceituações de território. Também destaca a discussão sobre corporações e suas implicações no território de implantação, a partir do que se revela a perspectiva de território corporativo que embasa o estudo.

2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E AS MÚLTIPLAS ACEPÇÕES SOBRE TERRITÓRIO

Segundo Santos (2006, p.63), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações. Assim, o espaço geográfico é dinâmico e palco das múltiplas intencionalidades dos sistemas técnicos, produtivos e da organização social historicamente atuante que se materializam nele. Para Corrêa,

no longo e infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais. (2001, p.35)

Salienta Gomes (2001, p. 36), que os fluxos produtivos que se organizam num espaço promovem uma valorização da vida econômica e alterações na dinâmica da organização social desse espaço a partir das mercadorias que circulam, dos serviços e da mão-de-obra, constituindo territórios.

Para Santos (1992), na produção de bens materiais e imateriais, segundo as condições dadas de tecnologia, capital e tempo, o território tem de ser adequado ao uso procurado e a produtividade do processo produtivo depende, em grande parte, dessa adequação.

Sendo assim, entende-se o espaço como lócus da reprodução social de produção (LEFÉBVRE, 1976) e, nessa perspectiva verifica-se que o espaço reproduz

a sociedade, bem como, nele pode-se identificar as implicações sociais, políticas e econômicas das ações ou intenções de grupos que os constroem e reconstróem.

Para Santos (1978, p.145), o espaço deve ser compreendido como um fator social e não simplesmente como um reflexo social. Constitui-se o espaço, segundo ele, em uma instância da sociedade. Assim,

...o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia...(SANTOS, 1978, p.145)

Assim, observa-se que no processo de organização do seu espaço, a sociedade seleciona os atributos considerados mais importantes, lembrando que eles variam no tempo e a cada lugar, para definição de seus interesses e alcance de seus objetivos, podendo esses interesses e objetivos serem manipulados por um grupo de indivíduos que através de suas ações irão constituir um dado contexto social. É dessa trama de relações que resulta o território.

Acerca da temática territorial pode ser feita uma diversidade de análises, considerando território como conceito complexo e polissêmico.

Na Geografia, ciência que tem o território como uma de suas principais categorias de análise, o termo assume evidência no final do século XIX, quando utilizado pelo alemão Ratzel. Inspirado na ecologia e no imperialismo, para ele território seria uma “determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAES, 1990, p.23). Ratzel assim define o território: para um povo como a forma de manter a sua defesa e para a sociedade como a forma de atingir um estágio de desenvolvimento superior a partir da conquista de novos territórios. Deste modo, território e Estado seriam indissociáveis, já que o território, neste caso, é a expressão do sentimento nacional, de pertencimento e defesa de um espaço.

Outros teóricos, como Camille Vallaux e Elisée Reclus, também foram importantes para a reflexão sobre o conceito de território. Vallaux “reconhece como inevitável que a formação dos Estados passe necessariamente pela definição de soberania de um povo sobre uma porção determinada do solo, definindo aí um território, ou seja, um espaço de domínio político” (COSTA, 1992, p.45). Reclus “procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e

dominado, que seria o território” (ANDRADE, 2004, p.213). Tais autores consideraram o território numa perspectiva do Estado-nação, diretamente relacionada à questão da dominação espacial, o que define a conceituação clássica de território.

Ainda nesta perspectiva clássica, Claude Raffestin (1993) destaca o caráter político do território, espaço físico onde se localiza uma nação, um espaço, onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras, o território nacional.

Na ótica de Raffestin (1993), o território é produzido a partir da expressão e manifestação do poder, o que evidencia uma categoria fundamental para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos e que é definidor do território. Assim, poder e território vão ser associados para a configuração do conceito de território.

Nesta mesma linha, Andrade (2004) analisa a questão do território no Brasil, entendido como controle administrativo, fiscal, jurídico e econômico do espaço ou de uma região. Para ele:

O conceito de território está muito ligado à idéias de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 2004, p. 19)

Para além de uma abordagem clássica do território – baseada numa perspectiva política e mono-escalar – muitos autores têm considerado uma dimensão de território não apenas restrito ao poder político mas, ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Nesta dimensão,

o território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimento de pertencimento e de especificidade. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial. (ALBAGLI, 2004, p. 39-40).

Nesta perspectiva simbólica do território, merecem destaque as abordagens de Souza (2001) e Haesbaert (1997).

Rogério Haesbaert sinaliza, na análise do território, três vertentes básicas, que desembocam em diferentes enfoques: 1) jurídico-política, em que “o território é

visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”; 3) cultural(ista) que “prioriza dimensões simbólicas, mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”. (HAESBAERT, 1997 apud SPOSITO, 2004, p. 18).

Para Haesbaert (2004, p. 79), “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de origem cultural.” Ainda para o autor, “não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ele de caráter predominantemente material ou simbólico.” (p.80)

Assim, o território é configurado pela identidade, pelas relações político-econômico-sociais que nele se processam. Haesbaert, ao discutir a questão da apropriação e dominação do espaço afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...) uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos atores sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (...) e uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar e político-econômico, deveríamos acrescentar, a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Pode-se então afirmar que, o território “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Corroborando com esta perspectiva, Souza (2001) aborda o território com um enfoque político, mas também marcadamente cultural, uma vez que este autor identifica nas relações estabelecidas pelos grupos sociais a base para a formação dos territórios.

Para Souza (2001, p.11) “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. Deste modo, o conceito de território transcende o território do Estado-Nação. Desta perspectiva, o autor evidencia o conceito de território autônomo como uma alternativa de desenvolvimento. A autonomia constitui, no seu entender, a base do

desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição e gestão da sociedade rumo a liberdade e igualdade.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território (...) Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder (...) No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Ainda conforme o autor, “em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo” (SOUZA, 2001, p.108). Este é o território autônomo, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo.

Reforçando esta perspectiva, Santos (2002, p.104) evidencia a importância do território usado para a análise da realidade social. Para este autor, o território usado “é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas e se expressa por meio de objetos (a materialidade) e de ações (a sociedade)”. Ele afirma que:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo (...) o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade do seu uso (SANTOS, 2002, p. 59).

A partir destas diferentes perspectivas conceituais, é que se pretende abordar o território – para o estudo que originou este ensaio – sobretudo enquanto esfera de poder, instituído a partir de apropriações e formas de controle corporativo.

2.2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE CORPORAÇÕES E A TENTATIVA DE UMA DEFINIÇÃO PARA TERRITÓRIO CORPORATIVO

As corporações, na atual fase do capitalismo, são as grandes responsáveis pelas transformações ocorridas no espaço mundial, são elas através das suas múltiplas atividades e localizações, que desempenham o principal papel na reorganização do espaço. Assim, elas funcionam como agentes da gestão do

território e exercem papel fundamental sobre o controle da organização espacial, bem como, de sua dinâmica.

Para Côrrea (2006), na sociedade capitalista contemporânea, a gestão e o controle do território derivam em grande parte dos interesses das grandes corporações que estão articuladas, por densas e complexas funções e localizações. Portanto, a densidade técnico-científica-informacional dessas grandes empresas favorece para consolidação de suas políticas de apropriação e manipulação dos territórios.

As corporações são agentes indispensáveis à atual lógica do sistema globalizante mundial, os quais criam e recriam sua base material sobre o espaço reproduzindo suas intencionalidades e definindo suas relações de poder em seus territórios, todavia, tendo na fragilidade ou re-dimensão do Estado, seu alicerce para manipulação da organização social, política e econômica dos lugares que as mesmas atuam.

As corporações podem ser identificadas como agentes hegemônicos de poder na perspectiva que elas articulam suas múltiplas e complexas redes de dominação. Elas simbolizam a atual fase do capitalismo financeiro e especulativo, tornando o espaço e o Estado, muitas vezes, objetos dos seus interesses e, por outro lado, dinamizam a economia e dão fluidez ao sistema produtivo internacional. Assim, definem-se como elementos imprescindíveis à mobilidade do capital, dos serviços e das pessoas, caracterizando o processo de globalização contemporânea.

Para Côrrea (2005), as corporações passaram a ser, no pós-2ª Guerra Mundial, o mais importante agente da reorganização espacial capitalista, definindo uma “nova divisão internacional do trabalho” (COHEN,1981), a qual, segundo Lipietz (1988), envolve a produção simultânea em diversos lugares dos componentes de um único produto. Ainda Côrrea diz que:

Criação de áreas de produção especializada e novas atividades urbanas, ambas articuladas entre si através da produção que circula entre elas e do processo de gestão que as integra em uma mesma organização, estão entre os impactos que a grande corporação gerou quando se considera o conjunto dos países onde atua. (2005,p. 213)

Assim, a atuação da grande corporação e a nova divisão internacional do trabalho, resulta de uma lógica inerente ao capitalismo, onde por um lado, existe um

conflito entre capital e trabalho e por outro, da competição entre diferentes capitalistas.

Nessa linha, percebe-se que o capitalismo busca se refazer ou se sustentar na sua característica básica, que é a acumulação assentada na ampliação dos lucros. Portanto, a solução para os conflitos citados anteriormente, está na internacionalização do capital, a partir de uma reprodução ampliada, tendo novos territórios onde a força de trabalho é mais barata, e os custos sociais, políticos e econômicos são mais viáveis.

Para Lenin (1979), trata-se de um capital produtivo, o qual leva à generalização crescente da atividade industrial nos países e regiões periféricas, que passam a integrar a um amplo e complexo sistema econômico mundial. Assim, no processo de expansão do capital produtivo, observa-se a consolidação da corporação.

A grande corporação no processo de gestão do território manipula a organização espacial através do seu poder econômico e político, dada a sua escala de atividades. As grandes empresas têm seu processo de acumulação viabilizado pelo Estado, que tem assumido o papel de implantar parte da infra-estrutura e de até mesmo produzir certos bens de capital, diminuindo seus investimentos em um capital constante, cuja remuneração é lenta.

Para Côrrea (2005), os impactos resultantes da ação das corporações sobre a organização espacial preexistente são múltiplos, afetando as suas dimensões: econômica, social, política e cultural, assim como as formas espaciais. Assim, elas podem implantar um estabelecimento industrial em uma gama de pequenas cidades que em um passado não muito distante, jamais atrairiam atividades industriais, para Piquet (1998), definindo os “territórios corporativos” ou as “territorialidades corporativas” dessas grandes empresas.

Na perspectiva de Rosélia Piquet (1998), o território é um espaço de apropriação do grande capital internacional (empresas, negócios, corporações), o qual se utiliza dos recursos territoriais disponíveis e define as relações de dominação perante os grupos sociais que habitam essa porção superficial da área, sendo definido como “território corporativo”.

Para Piquet (2007), existe um discurso elaborado de uma política de desenvolvimento territorial através da implantação de unidades industriais. Assim, algumas áreas desconhecidas nesse segmento produtivo passar a compor o espaço

industrial de um país ou região, garantindo o avanço social e econômico das localidades envolvidas.

Para ela, esse discurso se faz através de uma estratégia do capital de empreendimento das empresas que visam se articular na criação de novas regiões e novos pólos voltados ao interesse do sistema corporativo nacional e internacional, tendo como agente mediador o Estado.

Ainda Piquet (2007, p.93) diz que o controle centralizado continua sendo a norma das grandes empresas e são elas que determinam o destino da maioria das localidades e regiões. Com isso, revela-se a vulnerabilidade das populações que convivem com essa realidade e que tem se tornado mais presente pela própria fragilidade dos agentes públicos que legitimam tal prática.

É nesta perspectiva que se enquadra a realidade do Grupo Mastrotto Reichert no município de Cachoeira-Ba, a partir das relações estabelecidas entre o capital corporativo da empresa e a vida econômica e social dos indivíduos que participam direta ou indiretamente da funcionalidade do segmento empresarial.

Os “territórios corporativos” podem ser identificados, portanto, enquanto espaços de apropriação das grandes empresas que visam criar ambientes próprios ou vinculados a sua lógica de acumulação de capital, assim sendo, pode ser uma cidade, um povoado, uma vila, uma grande metrópole, uma região, qualquer que seja o espaço em que possa se reproduzir o interesse do grande capital.

Esse conceito, assim definido, revela uma estratégia para que, através da apropriação e controle sobre uma determinada porção do espaço, um agente – um indivíduo, uma empresa, um grupo social, por exemplo – possa intervir sobre outros agentes, fenômenos e relações, visando a realização de seus interesses na dinâmica territorial. Entender o papel exercido pela Mastrotto Reichert no município em destaque é correlacionar às idéias aqui apresentadas com a realidade de apropriação e uso de um território a serviço do capital corporativo.

Um município com aproximadamente 32.035 habitantes de acordo com o IBGE (2010), tendo um incipiente setor produtivo e políticas públicas de baixo potencial para o desenvolvimento local, tem-se apoiado nessas estratégias de dominação do capital corporativo, na tentativa de superar suas fragilidades socioespaciais. Nesse contexto, os lugares acabam por entregar todos os seus recursos territoriais na perspectiva de atingir o desenvolvimento socioeconômico, o

que nem sempre ocorre, em razão das ações corporativas estarem sustentadas em objetivos mercadológicos.

Diversas experiências de uso do território pelas grandes empresas no Brasil têm mostrado que, na prática, se nega toda e qualquer idéia de um projeto autônomo de desenvolvimento, ou seja, de um desenvolvimento verdadeiramente a partir do lugar e para os anseios do lugar. O projeto vencedor é assim, na maioria das vezes, aquele que favorece a acumulação de alguns poucos agentes; e os projetos dos lugares que, por vezes, até se acreditam bem orientados, revelam-se, na verdade, uma promessa negada. O processo fica claro quando demonstramos a idéia de recursos, evidenciando que a pretensão de construir um projeto autônomo é normalmente substituída por um discurso de uso de "recursos fáceis", porém insustentáveis. Tais experiências têm sido replicadas nos processos e políticas de organização espacial da indústria no Brasil, cujas características são tratadas no próximo capítulo.

3. A POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL E NA BAHIA

Neste capítulo são abordados os princípios básicos que norteiam o processo industrial no Brasil e na Bahia, a partir de uma discussão sobre o modelo industrial vivenciado no país, em especial, a realidade baiana e as políticas públicas que fomentaram esse fenômeno, assim como, a evolução histórica dessa industrialização e seus desdobramentos sócio-espaciais em escalas nacional, regional e local.

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O MODELO INDUSTRIAL BRASILEIRO

Os países considerados subdesenvolvidos, apresentaram um processo de industrialização tardia, iniciado na 1ª metade do século XX e intensificado a partir do pós-Segunda Guerra. Nesse período vieram para esses países, sobretudo, indústrias multinacionais ou transnacionais, que passaram a instalar suas filiais, estabelecendo a Nova Divisão Internacional do Trabalho, a qual está definida pelo novo papel dos antigos países periféricos, que se industrializaram e mantiveram sua dependência em relação aos países desenvolvidos e super-industrializados, que passaram a ser, também, exportadores de tecnologia e capital. Segundo Lipietz:

...o novo sistema é tão eficiente como o antigo. Não somente as exportações dos NPIs continuam não cobrindo suas importações, como também uma fração crescente da receita de exportações, passa a ser destinada ao pagamento do juro das dívidas: à clássica “remessa dos lucros das multinacionais”, acrescenta-se o pesado serviço da dívida. (1988, p.124)

Sabe-se que esse modelo de industrialização dos países subdesenvolvidos obedece à lógica do capital industrial, financeiro e especulativo das corporações internacionais, estando baseado em algumas características ligadas aos fatores locais para instalação de suas unidades fabris como: infra-estrutura da localidade, mercado consumidor, matéria-prima disponível, acessibilidade viária, mão-de-obra, entre outros. Nessa linha, Castells escreve que “o conjunto dos fatores mencionados determina a dinâmica e as formas de concorrência entre empresas, regiões e países na nova economia global, estabelecendo desse modo uma nova divisão internacional do trabalho.” (1999, p.123).

No Brasil, esse processo de industrialização tardia foi marcado por algumas características que delineavam essa nova divisão internacional do trabalho, destacando-se: a substituição das importações, com a prioridade para a produção de bens de consumo não-duráveis, a forte intervenção do Estado no setor de base, com a criação das Empresas Estatais ligadas ao setor de mineração e energia, e a dependência do capital estrangeiro que se expande com a chegada das corporações multinacionais.

Durante os anos 30 do século XX, vários fatores passaram a contribuir para a entrada do Brasil nesse cenário industrial contemporâneo, sendo eles: a crise de 1929 e os mecanismos acionados pelo Estado direta ou indiretamente através das políticas públicas voltadas a atender à lógica de um modelo industrial pautado na intervenção estatal da economia.

A intervenção do Estado na economia nacional, a partir desse período, vai sendo moldada e direcionada pelos interesses do grande capital. Os gastos públicos são dirigidos ao atendimento dos interesses imediatos do capital industrial. Nesse período, o crescente comprometimento do Estado com investimentos complementares à dinâmica das grandes empresas oligopólicas ressalta a subordinação aos interesses dessas companhias, da composição e das prioridades do investimento público brasileiro. Para Piquet, tudo isso favorece para uma estrutura industrial que

especialmente, dado que não havia um potencial interno de acumulação em escala nacional, mas apenas um precário esquema baseado no eixo Rio-São Paulo, os investimentos públicos são aí concentrados. Nesse caso, a localização espacial da produção se dá na região que dispunha das melhores condições gerais de produção do país... (PIQUET, 1998, p.29)

Assim, as desigualdades regionais se aprofundaram a partir da disparidade espacial da produção industrial e da inexistência de uma integração territorial, se estabelece no país uma divisão territorial do trabalho marcada por uma relação centro-periferia.

As décadas de 50/60 foram marcadas pela busca do governo federal em desenvolver projetos voltados a minimizar essas desigualdades regionais, com destaque para o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubstichek, que estabelece um plano de metas voltado ao desenvolvimento integrado do país, trazendo uma nova dinâmica ao setor industrial, com o incentivo à produção de bens de consumo

duráveis e o avanço da dependência ao capital privado estrangeiro, muitos investimentos do Estado ocorreram no sistema viário do país, e inicia-se timidamente a descentralização do parque industrial brasileiro. Contudo, houve uma forte concentração das unidades produtivas no Centro-Sul, o que só reforçou as disparidades regionais no território nacional.

Tudo isso foi bastante influente durante os anos 70, quando uma nova proposta de olhar globalizante se impôs sobre o território brasileiro. Novos elementos foram incorporados a dinâmica de ocupação produtiva no território nacional e os grandes projetos serviram como alicerces aos investimentos de grande visibilidade. Para os países de Terceiro Mundo, como o Brasil, a década foi caracterizada por investimentos de grande porte na extração de recursos naturais e em infra-estrutura energética, de transporte e comunicação.

No caso do Nordeste, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como principal objetivo criar e proporcionar políticas voltadas ao desenvolvimento regional da região Nordeste, numa perspectiva de garantir ações de fortalecimento da econômica regional e que viabilizassem o desenvolvimento social integrado. Assim, é possível identificar várias projetos ligados ao setor industrial como: o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Centro Industrial de Aratu (CIA), na Região Metropolitana de Salvador, o Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, entre outros.

Para Piquet (1998), os projetos expressivos dessa estratégia de industrialização, frutos de decisões tomadas na esfera nacional e/ou internacional e compreendidos em metas setoriais-nacionais, surgem sem uma preocupação com as condições sócio-econômicas das áreas onde estavam sendo implementados. As indústrias eram implantadas buscando atender a lógica do capital privado, principalmente estrangeiro, e para assegurar as propostas de alienação popular pelo Estado.

A partir dos anos 1990, com o novo sistema internacional marcado pelo capitalismo informacional e a nova fase de globalização, essa lógica espacial do processo de industrialização verificada em várias partes do mundo, e especificamente no Brasil, assumiu novas facetas para atender ao capital globalizante, tendo um forte aliado que foi a fragilidade do Estado, o qual vai ser redimensionada sua atuação sobre a gestão do território, acirrando a competitividade urbana no contexto da chamada guerra fiscal, sob a justificativa de

promoção do desenvolvimento regional. Os municípios passaram a disputar fábricas, sobretudo, unidades fabris das empresas transnacionais, oferecendo vantagens para sua instalação, em especial, vantagens fiscais como redução ou eliminação do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) em contratos definidos pelos governos estaduais e municipais. Esta nova dinâmica contribui para a implantação de atividades industriais importantes como o complexo automobilístico da Ford em Camaçari-BA, na Região Metropolitana de Salvador e o pólo calçadista no interior do Estado da Bahia. Segundo Santos; Silveira,

As mudanças de localização de atividades industriais são às vezes precedidas de uma acirrada competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já existentes. A indústria do automóvel e das peças é emblemática de tal situação. (2003, p.112)

Nesse período caracterizado por essa dinâmica de localização industrial, é que a Mastrotto é implantada em Cachoeira sob a lógica do sistema produtivo internacional e a nova tendência de gestão territorial por parte do Estado. Assim, alguns autores criticam esse modelo de política brasileira de desenvolvimento regional, pautado na redefinição fragilizada do papel do Estado diante dos desafios da globalização e quando se busca na oferta de isenção fiscal e outra vantagens para implantação de pólos industriais nas pequenas cidades do interior da Bahia. Para Silva; Silva,

A Bahia, infelizmente, a exemplo de outros Estados periféricos, apesar de alguns esforços, não conseguiu implantar uma relevante política estadual de desenvolvimento regional, embora, no fundo, acabe por valorizar algumas regiões dinâmicas, a Região Metropolitana de Salvador, o Oeste, o Extremo Sul, o Litoral Norte, a região de Juazeiro e algumas áreas especiais. Assim, justamente, nos Estados mais pobres da Federação, não há exemplos significativos de políticas estaduais integradas e consistentes de desenvolvimento regional, o que certamente concorre para o agravamento da questão. (2003, p.58)

Portanto, a chegada de uma indústria num município, estado, região ou país não implica necessariamente numa melhoria das condições sociais da área envolvida, apesar do propagado crescimento econômico, razão pela qual se define o Brasil como um país emergente e com amplos contrastes sociais e regionais.

A partir dessa nova fase, com as novas condições de competição capitalista e pelo novo padrão tecnológico-industrial, passam a serem definidos novos padrões

ou requisitos locacionais, os quais viabilizam novas estratégias de gerenciamento do sistema produtivo, permitindo uma maior flexibilidade na implantação de unidades fabris ou industriais e favorecendo para uma maior descentralização industrial em todo território nacional, apesar da permanência de vazios econômicos, principalmente no interior do país.

Ao contrário do passado, quando a implantação das grandes indústrias se organizava segundo um modelo fordista e, se fizeram acompanhar da concentração espacial da população e das atividades terciárias, a produção flexível permite uma desconcentração industrial, assim, potencializando no Brasil a ocorrência de terrenos virgens, locais onde são construídas novas plantas industriais, as quais definem novas relações de trabalho, com o não-reconhecimento de sindicatos ou a fragilidade de muitos deles e, no limite, com a individualização das relações empregado/empregador. Portanto, a fragilidade das políticas públicas efetivas que contemplam a promoção de bem-estar social por parte de estados e municípios, fortalecem as ações das corporações que visualizam a possibilidade de manter ou ampliar seus lucros produtivos e/ou financeiros nesses locais onde encontram uma população ansiosa por trabalho e sem conhecimento ou poder para recusar os sistemas de produção e gerenciamento de pessoal implementados pelas empresas que chegam.

3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA

As políticas públicas empreendidas pelo Governo da Bahia, nas últimas décadas, têm propiciado o crescimento econômico das regiões e municípios, segundo o relatório da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM) de 2006. Porém, é necessário compreender que tais resultados, na maioria das vezes, são definidos a partir do levantamento do PIB / per capita e da evolução econômica na geração de emprego e renda a partir dos modelos de desenvolvimento, questionados anteriormente. Tendo uma multiplicidade de setores industriais contemplados, principalmente, priorizando as empresas que atuam em segmentos produtivos que absorvem um maior número de empregados, com baixos custos, ou seja, a prioridade pela mão-de-obra barata e produtiva. Isto significa que a geração de riqueza resultante em crescimento econômico tem incidido de forma incipiente no desenvolvimento social.

Ainda assim, de acordo com informações da SICM, atualmente

a Bahia possui uma sólida política de incentivos, o que consolida sua produção e fomenta a atração de novos investimentos. A manutenção desta política é viabilizada por dois fatores: situação econômica confortável e controle sobre sua dívida pública. (BAHIA, 2006, p. 48)

Esta capacidade de atração produtiva ou investimentos no setor produtivo por meio de incentivos fiscais e creditícios está vinculada principalmente ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), por meio do crédito presumido (espécie de incentivo fiscal oferecido pelo governo efetivar seus objetivos nos programas de desenvolvimento). Este caracteriza a adesão efetiva do Governo baiano à política da guerra fiscal, que Dulci (2002, p.95) descreve como sendo uma das questões mais atuais em pauta no atual cenário político brasileiro, entendendo-a como parte de “[...] um jogo de ações e reações travado entre Governos estaduais (e adicionalmente entre governos municipais) com o intuito de atrair investimentos privados ou de retê-los em seus territórios”. Varsano, ao analisar a guerra fiscal, a descreve mais enfaticamente:

A guerra fiscal é, como o próprio nome indica, uma situação de conflito na Federação. O ente federado que ganha — quando de fato, existe algum ganho — impõe, na maioria dos casos, uma perda a algum ou alguns dos demais, posto que a guerra raramente é um jogo de soma positiva. (VARSANO, 1997, p.6)

Para o Governo baiano, o crescimento econômico, fomentado pela atração do capital industrial oriundo principalmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, mas que tem sua origem no mundo desenvolvido, tendo como exemplo o grupo italiano Mastrotto, está centrado nos mecanismos de guerra fiscal, tendo lhe permitido realizar investimentos nas áreas de saneamento, transporte e infra-estrutura em grande parte do estado da Bahia, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local/regional, sobretudo com a geração de postos de trabalho que absorvem grande parte da força de trabalho disponível nos municípios.

Convém, aqui, rever a origem da guerra fiscal no Brasil e o papel do Governo neste contexto. Dulci (2002, p.96), ao explicar o processo histórico da prática da “guerra fiscal”, a interpreta como um indício da instabilidade “mais ou menos comum aos estados federados”, sendo uma consequência da dificuldade de o governo federal equilibrar interesses regionais, em face de uma concentração industrial no

eixo Rio/São Paulo, que “abafou aos poucos o parque industrial preexistente em diversas partes do país”, notadamente em função do complexo cafeeiro.

A guerra fiscal, como prática de atração de investimentos, se intensificou no Brasil, quando o Governo federal, visando promover a industrialização e o desenvolvimento regional, priorizou isenções, reduções e tarifas tributárias diferenciadas. O Governo mantinha, entretanto, um maior controle do papel dos Governos estaduais quanto à concessão de benefícios fiscais, “induzindo o estabelecimento de convênios entre os estados pertencentes a uma mesma região geoeconômica.” (BAHIA, 2000, p.27).

Reforçando a afirmação de Dulci (2002), o relatório da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (Seplan), publicado em 2000, que trata da implantação da indústria calçadista na Bahia e de outros segmentos ligados a ela, como o curtimento de couro, evidencia o que ocorre nas décadas de 1960 e 1970:

No período compreendido entre os meados dos anos 60 e 70, refletindo o crescimento desequilibrado do País, deu-se início ao processo de disputa estadual pelo desenvolvimento. Prevendo ações isoladas e desordenadas entre os Estados, o governo Federal estabeleceu um padrão de regulação sobre a competência estadual do ICM(S), através da celebração de convênios regionais, de modo que os Estados pertencentes a uma mesma região definissem tanto a alíquota do imposto, quando as regras e os limites para a prática de isenções. (BAHIA, 2000, p.27)

Em 1975, com a criação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), por meio da Lei Complementar (LC) nº 24, de 07 de janeiro de 1975, o Governo federal limitou a competência dos Governos estaduais e municipais em conceder, com base em seus interesses próprios, benefícios fiscais, principalmente no âmbito do antigo ICM, objetivando manter o equilíbrio federativo, assim controlando as ações do Estado numa esfera de domínio federal, justificado pelo sistema ditatorial que o país convivia. Mas a constituição federal de 1988, ao ampliar a autonomia política e administrativa dos municípios, possibilitou a descentralização fiscal na cobrança dos tributos próprios de sua economia e elaboração de seus orçamentos. (BAHIA, 2000, p.28)

Este fato, na prática, representou maior capacidade de arrecadação dos Governos dos estados, melhorando as receitas, o que lhes permitiu fazer concessões fiscais sem prejuízos para o equilíbrio financeiro da máquina pública.

Entretanto, tais medidas não foram suficientes para garantir a atração dos investimentos privados, levando os Governos estaduais a radicalizar nas concessões fiscais na década de 1990 e tudo isso, desdobrando-se na iniciativa dos municípios de atrair unidades industriais, com destaque a Bahia, em que se passa a ser valorizado como meta ou programa de governo, a implantação dessas unidades industriais, as quais ofereçam maior número de vagas de trabalho. Para atrair novos investimentos econômicos, os Governos dos estados lançaram mão, inclusive, da “renúncia fiscal”, como se constata no relatório da SICM:

[...] Com a intenção de atrair as oportunidades geradas pelo movimento mundial do capital produtivo, muitos estados brasileiros alteraram a natureza dos instrumentos de captação de investimento, sobretudo os mecanismos relacionados aos orçamentos estaduais, como a renúncia fiscal. Como resultado, as recentes políticas estaduais de desenvolvimento industrial, cuja dimensão é dada pela “guerra fiscal”, pressupõe a capacidade de induzir novos investimentos, bem como determinar a localização espacial. (BAHIA, 2000, p.29)

Pode-se afirmar que a guerra fiscal ocorre influenciada pela lógica da reprodução do capital, baseada na relação centro-periferia, pela qual as grandes empresas buscam as regiões periféricas do ponto de vista econômico para instalação de seus empreendimentos, atraídas por uma série de benefícios de ordem fiscal, das externalidades, da existência de uma numerosa força de trabalho de menor custo, etc. Portanto, vê-se que a “guerra fiscal” é influenciada fortemente pelos processos de reprodução do capital, tal como acontece no plano internacional, na medida em que as disputas por capitais externos forçam as crescentes concessões dos Governos, gerando uma espécie de canibalismo econômico e político entre estas distintas escalas de Governo, repetindo o modelo imposição territorial dos dominantes sob aquiescência dos dominados, entenda-se dominados como territórios nacionais fragilizados na lógica do capital.

Cabe observar que, para que a guerra fiscal ocorra, é preciso um ambiente propício, do ponto de vista político-institucional. No Brasil, em particular, alguns aspectos históricos e institucionais precisam ser considerados, já que favorecem a “guerra fiscal”. As ações empreendidas pelas elites política e econômica brasileira na busca por geração e acumulação de riqueza, historicamente têm criado e reforçado as desigualdades regionais. A guerra fiscal não é, portanto, exclusivamente um resultado da estratégia de empresas que buscam reduzir os custos de produção ao

instalar-se em países ou regiões periféricas, mas sim, o reflexo de múltiplos fatores, principalmente aqueles inerentes aos sistemas políticos e às instituições que agem de maneira a perpetuar as diferenças regionais. Dulci salienta que:

O conflito fiscal entre os estados, em seu formato contemporâneo, tem causas bem definidas. É o efeito de certas condições políticas e econômicas que emergiram, uma após outra, desde meados da década de 80, cuja interação resultou potencialmente crítica. Houve, em primeiro lugar, o processo de desmontagem do regime autoritário de 1964, culminando com a Constituição de 1988. Entre os elementos da referida desmontagem, ocupava lugar de destaque um impulso muito claro de descentralização política institucional, a traduzir-se em deslocamento de poder em favor de estados e municípios. (2002, p.96)

Embora tal conflito transpareça ausência de legislação que regule as relações tributárias, envolvendo principalmente o ICMS, Varsano (1997) chama a atenção para a existência da LC nº 24, de 7 de janeiro de 1975, explicando que a guerra fiscal se trava à revelia desta legislação, que, em princípio, veda as concessões e isenções e outros incentivos relacionados ao ICMS, “salvo quando previstas em convênios celebrados em reuniões do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que congrega todos os estados e o Distrito Federal”. Somando-se a isso, Dulci enfatiza novamente a importância da descentralização política e administrativa no Brasil, principalmente o seu reflexo sobre o aspecto tributário:

É inegável o sentido democrático da descentralização estabelecida pela Carta de 1988; porém ela estimulou uma espécie de anomia no que diz respeito ao quadro tributário da federação, ao atribuir a cada estado o poder de fixar autonomamente as alíquotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS – imposto que constitui a base da receita estadual. (2002, p.96)

Vê-se que, do ponto de vista institucional, a própria Constituição Federal abre espaço para a guerra fiscal e possibilita as contradições, principalmente em relação à Lei Complementar nº 24 de 1975, abrindo caminho para a disputa entre os estados federados no Brasil levando o autor a concluir que “estava preparado [em 1998] o alicerce jurídico para as escaramuças da guerra fiscal”.

Sem dúvida, a guerra fiscal não é estimulada apenas por fatores externos à economia nacional, reforçada pela globalização da economia. É preciso considerar que internamente, a própria história exerce papel preponderante na efetivação desse modelo de disputa política e econômica. Dessa maneira, a guerra fiscal parece não

ser somente o resultado de uma imposição externa, mas uma conseqüência também da permissividade institucional, baseada no pacto federativo envolvendo estados e municípios.

O caso da FORD, empresa do setor automobilístico, ilustra significativamente tal situação, especialmente quando da disputa entre a Bahia e o Rio Grande do Sul pela implantação de uma unidade da referida empresa em seus respectivos territórios, quando prevaleceu os interesses corporativos da empresa e maiores vantagens oferecidas pelo governo baiano que utilizou-se da propaganda de desenvolvimento conquistado para justificar as concessões oferecidas para a consolidação do processo de atração locacional.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em 2007, é um exemplo dessa permissividade nacional e de algum modo estimulará a competitividade não somente entre os setores da economia, mas também entre os territórios. A implementação do programa de infra-estrutura, principalmente de energia elétrica, trará para a “arena” não apenas os estados mais também os municípios com maior potencial nessa área, na perspectiva de atração/re-localização de empresas. Assim o PAC é conceituado pelo Governo federal:

Um programa de expansão do crescimento. Ele é um novo conceito de investimento em infra-estrutura que, aliado a medidas econômicas, vai estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país. (Ministério do Planejamento, 2007)

Portanto, o estímulo ao conflito setorial, por conta da política pública, está posto sob regras institucionais, algumas já aprovadas pelo Congresso Nacional, inclusive criando novos mediadores no seio do Estado, a exemplo das agências reguladoras, outras ainda em tramitação, que buscam mediar os interesses entre os setores na disputa pelos recursos disponibilizados para diversas áreas, principalmente para a infra-estrutura.

Como todo tipo de guerra exige guerreiros, a guerra fiscal exige que as partes (ou agentes) estejam dispostas a lutar, tanto para conquistar, quanto para não perder o que já conquistou, o que implica o recurso de várias estratégias e acordos ao nível da política nacional. Porém, é possível afirmar que em toda competição executada em condições desiguais, haverá sempre quem perca mais do que ganhe,

do ponto de vista sócio-econômico. Entra aí o desequilíbrio federativo, principalmente para as regiões mais pobres cujos estados tem menor capacidade de barganha, porque, como salienta (DULCI, 2002 p.97): “Nessa guerra, ganham os estados mais desenvolvidos, com melhores condições locacionais e maior cacife financeiro e político. Isso seguramente agravará as desigualdades regionais”.

Obviamente, trata-se aqui de ganhos econômicos, não necessariamente sociais, uma vez que a geração de emprego e renda, proporcionada pelas empresas, nem sempre se configuram como ganho social. Esse modelo de desenvolvimento e/ou crescimento revela que a política de implantação de unidades industriais tem sido uma plataforma política equivocada por parte dos líderes políticos nos municípios, os quais consideram apenas uma única possibilidade de ascensão econômica e social através desse sistema, sendo exemplo disso, a presença da Mastrotto Reichert em Cachoeira.

No caso brasileiro, a guerra fiscal promove ainda a migração de unidades de produção de empresas das regiões mais industrializadas do país (Sudeste e Sul) para a Amazônia e o Nordeste, a exemplo das indústrias de calçados, curtimento de couro e confecções principalmente para a Bahia e o Ceará em busca de privilégios fiscais, concessão de infra-estrutura, força de trabalho barata e o baixo nível de organização política, etc. A Bahia adere à guerra fiscal visando atrair investimentos de grandes empresas, atendendo a um modelo de produção de bens finais e de interiorização da indústria.

Deve ser considerado que os conflitos entre os estados brasileiros ganharam força pela “omissão” da esfera federal. Sobre isso, Dulci argumenta que, na prática, a “[...] progressiva retirada do governo federal das ações discricionárias não levou à saudável hegemonia do mercado, como muitos esperavam, mas criou um vazio de políticas rapidamente preenchido pela ação dos grupos regionais” (DULCI, 2002, p.96). Seguindo a orientação neoliberal, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) optou pelo abandono de políticas e de instrumentos de coordenação inter-regional, ao que Dulci (2002) qualificou de “estratégia mais ampla de mudança do papel do poder diretivo central sobre a economia”. Segundo ele:

As agências federais de desenvolvimento regional, há muito esvaziadas, foram finalmente extintas em 2001. Tal setor da ação governamental foi, esse sim, descentralizado de bom grado, deixado praticamente a cargo das administrações subnacionais (DULCI, 2002, p.96).

Para completar essa explicação é oportuno ressaltar o êxito obtido pelo Governo baiano em atrair empreendimentos do ramo industrial, para onde veio parte das indústrias de beneficiamento de couro e de calçados do Rio Grande do Sul, na década de 1990 e início dos anos 2000. Os benefícios fiscais foram sumamente importantes para atrair as empresas, pois

as vantagens auferidas foram extraordinárias: isenção quase total de ICMS, incentivos fiscais federais (via SUDENE), oferta de infra-estrutura e construção da fábrica, sem contar com o baixo custo dos salários e a frágil organização sindical dos trabalhadores locais. São experiências de industrialização que retratam notavelmente a heterogeneidade do Brasil – afinal a razão mais profunda da guerra fiscal (DULCI, 2002, p.104).

Nesse conflito, as estratégias giram em torno das manobras tributária e fiscal. Varsano (2007) ao avaliar quem ganha e quem perde com a guerra fiscal, levantou importante questão sobre a possibilidade concreta de os estados perderem com as concessões feitas às empresas, levando em conta o conjunto de gastos e incentivos propiciados pelos entes federativos. O estudo sobre o papel do ICMS levou-o a concluir que as perdas tendem a ser, em longo prazo, maiores que os ganhos, na medida em que abrindo concessões dessa natureza os governos perdem capacidade de investimento em diversos setores, como educação, saúde e infra-estrutura urbana dentre outros.

O autor demonstra desse modo, que falta aos governos dos estados a capacidade de preservar, na guerra fiscal, o equilíbrio setorial. Isso ocorre na medida em que, visando projeção econômica da região menos industrializada, e, notadamente a sua projeção política eleitoral, como mencionado no caso específico da Bahia, os governos deixam escapar possibilidades de fortalecimento do potencial endógeno das regiões e municípios onde as empresas se instalam. Ao longo do tempo, a “guerra fiscal”, em função da exacerbação da competição, tende a gerar um equilíbrio dos incentivos fiscais na medida em que os governos em, “cascata”, vão aderindo à competição, e isso

[...] transforma os incentivos em meras renúncias de arrecadação, que não tem qualquer efeito estimulador. Em face da redução generalizada do peso da tributação, as empresas passam a escolher sua localização em função da qualidade da infra-estrutura oferecida. Evidentemente, a guerra fiscal é inimiga tanto da política de desenvolvimento regional quanto da desconcentração industrial. (VARSAÑO, 1997, p.14)

Ora, se para o autor as empresas, no futuro, passam a eleger sua localização pela infra-estrutura, e não mais pelos incentivos fiscais, fica evidente, uma vez que se comprove essa tendência, que os locais mais ricos economicamente serão priorizados pelo potencial de investimentos para construção de fábricas, por exemplo, sem abalar seu equilíbrio financeiro ou gerar desequilíbrios setoriais pelo deslocamento de recursos públicos para essa finalidade.

A decisão empresarial de parte do ramo de curtimento de couro e de outros segmentos industriais tradicionais do Rio Grande do Sul e de outros estados do eixo Sul/Sudeste em se transferir para alguns estados do Nordeste do país, fortalecida com a guerra fiscal, poderá então ser revertida, na medida em que as empresas não encontrarem mais, nesses locais, o que as fez migrar. Todavia, a força de trabalho mais barata continuaria desempenhando um papel importante.

Diante disso, embora se criem novos empregos, diversifique-se a produção local-regional, e as indústrias atraiam outras que são suas fornecedoras, expandindo o nível de emprego e renda com a guerra fiscal, outros aspectos dicotômicos não poderão ser ignorados, como reafirma Varsano (1997, p.6): “[...] a dinâmica da guerra fiscal é perversa. Com o seu aprofundamento todos perdem. Quanto às empresas, há as que ganham, mas há também as que perdem com a guerra fiscal”. Destacam-se nesse cenário, além dos estados mais pobres da federação, pequenas e médias empresas brasileiras sem estrutura para a competitividade. Ou seja, os arranjos locais sofrem imensos prejuízos.

Muller (1998) adverte para o fortalecimento do setor, e mostra por outro lado que a setorialidade apresenta limites em relação à sua capacidade de atender a um referencial global, a relação existente entre as empresas e o território, mostra a força da territorialidade em atrair investimentos externos. Como já mencionamos, o deslocamento das empresas não ocorre apenas pela “vontade” do capital ou pela ação isolada de um Governo. O potencial de atração de empresas e de sua fixação dependerá do papel desempenhado pelos agentes sociais mediadores da política pública envolvidos nesse processo, dentro de um contexto histórico.

Não se trata somente de incentivos fiscais oferecidos pelos Governos, mas de um conjunto de fatores inter-relacionados que fortalecerão ou não o

desenvolvimento local. Da coalizão de forças entre os diversos agentes sociais que necessitam da base sócio-espacial, tem-se uma situação que favorecerá atração das empresas, o nível de investimento, e seu tempo de permanência,

Os agentes dependem do território por vários motivos, as empresas, por exemplo, realizam muitas vezes investimentos pesados no ambiente construído (capital fixo) e precisam de um certo tempo para que os gastos sejam compensados; as pessoas mantêm laços de parentesco, de amizade, de trabalho e de cooperação, construídos historicamente, e que estão enraizados no território [...] os governos, além de estarem assentados sobre uma base territorial, tem dependência fiscal local e precisam da arrecadação para cobrir gastos de financiamento em obras de infraestrutura realizados para atrair empresas, e para honrar compromissos de campanha perante os seus eleitores (FONSECA, 2005, p.64).

Diante disso, fica evidente que quanto mais o Governo estadual cria os mecanismos de atração das empresas (incentivos fiscais diversos, financiamento de infra-estrutura etc.) menos comprometida a empresa fica com a base sócio-espacial (região e município), porque a sua margem de investimento é menor, bem como o risco do investimento feito, na medida que não necessitarão de um longo período para que “os gastos sejam compensados” como aponta o autor. Quanto menor a dependência da empresa com o local, menor o risco e os custos para ela.

A multilocalização passa a ser uma estratégia adotada pelos empresários para a redução das margens de risco dos seus investimentos. A exemplo do ramo de curtimento de couro, as indústrias instaladas na Bahia, necessariamente não foram desinstaladas de seu local de origem (Rio Grande do Sul) e, sim, instalam algumas de suas filiais. Buscam os atrativos oferecidos pelos estados e municípios em busca de uma margem de segurança em relação aos riscos apresentados por um mercado globalizado e competitivo. A lógica, portanto, é, como diz Fonseca (2005 p.64), “esparramar e diversificar os riscos”.

Não se trata de empresas que integram um Arranjo Produtivo Local (APL), que reforça uma cadeia produtiva a partir do potencial endógeno das localidades. O que se apresenta é uma grande indústria sem laços históricos com a base sócioespacial, mas que se utiliza da história socioeconômica e cultural desse mesmo lugar para ampliar sua margem de lucro, por exemplo, a cultura da não-participação cívica ou da não-organização social se apresenta como um fator sociocultural importante.

Não obstante, o crescimento real da renda *per capita* e o PIB local e/ou regional, o que deve ser compreendido é: quais os impactos que a implantação das

indústrias dos diferentes setores produtivos proporcionou aos municípios baianos, para além da dimensão econômica? Isso exigirá do observador conhecer outras implicações para a qualidade de vida da população, principalmente a população trabalhadora, dissecando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), porque é notório que qualquer atividade econômica que gere empregos irá impactar economicamente, para melhor, uma determinada localidade.

O desafio está em identificar e analisar outros indicadores que não sejam somente os econômicos, possibilitando uma análise mais aprofundada do desempenho governamental na execução da política pública para o desenvolvimento regional. Existe uma necessidade de ampliar essa discussão proposta pelo Estado de criar programas ou planos de desenvolvimento focado na dominante atuação do capital privado e legitimação por parte das ações governamentais.

Nesse contexto, vem à tona a necessidade da análise da política pública adotada pelo Governo do estado para atrair as indústrias e ampliar os postos de trabalho, sem perder de vista o debate atual que vem ocorrendo no meio acadêmico, sobre as correlações existentes entre crescimento econômico, desenvolvimento local/regional e qualidade de vida. Desse modo, essas três categorias precisam ser consideradas como pano de fundo de toda e qualquer análise dessa natureza, tornando-se indispensável para um melhor entendimento dos conceitos e das interfaces existentes entre elas.

3.3 A INTERIORIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NA BAHIA – O CASO DO RECÔNCAVO BAIANO

O processo de interiorização das indústrias no interior da Bahia deve ser compreendido como um prolongamento das ações políticas que foram se desencadeando no Estado a partir dos anos 50 e 60, quando a chegada da Petrobrás no Recôncavo Baiano e a implementação de projetos de desenvolvimento regional criados pela Superintendência de Desenvolvimento Regional do Nordeste (SUDENE) potencializavam alterações na dinâmica socioeconômica das localidades envolvidas.

A implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), no município de Simões Filho em 1967, e mais tarde o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC)

iniciando suas operações em 1978, somando-se aos grandes investimentos da Petrobrás concorreram para uma fase de dinamismo socioeconômico para o Recôncavo Baiano. Apesar disso, continuava a existir uma precariedade econômica naqueles municípios da referida região que até os anos 80 não foram contemplados com investimentos do setor industrial e permaneciam com um declínio produtivo ligado ao setor canavieiro e fumageiro.

A necessidade de investimentos para dinamizar a economia local de municípios como Cachoeira, Cruz das Almas se fazia presente e justificava a busca de programas de desenvolvimento por parte dos agentes políticos locais. Assim, o segmento industrial era colocado como um dos investimentos mais rentáveis na promoção de projetos voltados ao dinamismo dessas municipalidades. O Governo do Estado, assim, passa a direcionar ações focadas nesse processo.

Muitos foram os programas industriais da política baiana, principalmente na década de 90 do século passado e início dos anos 2000. Uns mais específicos objetivaram desenvolver setores identificados pelo planejamento baiano como estratégicos para a re-inserção da Bahia na matriz industrial brasileira. Outros, mais abrangentes, visavam o estabelecimento de uma dinâmica endógena pautada na centralização das ações do Estado fomentar atrativos que favoreceram aos interesses de uma macro-economia.

Convencidos, nossos governantes apoiavam-se na idéia, de que quanto mais incentivada à indústria, maior seria o resultado no tocante ao crescimento econômico, ganho de participação na economia nacional e consolidação da economia baiana. Nesse horizonte, desdobra-se o modelo político vigente nesse período e, reproduzia-se nos municípios, os quais tinham grupos políticos que usavam disso, como plataforma eleitoral e que garantiria um novo dinamismo para as regiões mais atrasadas do estado e, em nesse caso em particular, buscava-se através desse modelo resolver a estagnação econômica da região do Recôncavo Baiano.

Apenas para reforçar a questão em debate, consta do Plano Estratégico da Bahia (BAHIA, 2003, p. 41) a seguinte visão de longo prazo, para uma ação que o referido instrumento de planejamento caracterizou como *Bahia espacialmente integrada*:

A articulação socioeconômica do território estadual é condição para a garantia de sua unidade. Respeitadas as vantagens já consolidadas na RMS, deve-se perseguir a desconcentração da atividade econômica, o que pressupõe uma disponibilidade de infra-estrutura e logística adequada às necessidades das diversas regiões e à sua inserção nos fluxos nacionais e internacionais de comércio. Cidades que assumam uma posição estratégica devem ser fortalecidas como *locus* de articulação do desenvolvimento regional e pólos aglutinadores da produção de bens e da oferta de serviços públicos de maior complexidade. Esse processo, simultaneamente, induz a criação de economias de aglomeração e de população que sustentem uma produção e comercialização de mercadorias mais eficientes. (BAHIA, 2003, p.41)

Nessa perspectiva, percebe-se o interesse de criar um plano de desenvolvimento regional voltado a impulsionar o crescimento econômico dos municípios do interior do Estado e controlar os ânimos dos representantes políticos de cada cidade que buscam trazer investimentos industriais, assim, garantindo um aumento na oferta de trabalho e renda e, portanto, privilegiar a popularidade deles e de seus líderes estaduais. Os anos 90 e a primeira década do século XXI são marcados pelo induzido potencial industrial que será protagonizado para as regiões e municípios da Bahia, tendo como exemplo: o caso da implantação da Mastrotto Reichert em Cachoeira, sendo justificado pelos articuladores em escalas estadual e municipal, como a solução para recuperar o prestígio econômico da cidade e o desenvolvimento social de sua população.

No Recôncavo Baiano, o modelo de atração dos investimentos produtivos não foge a regra, e continua pautado na política de isenção de impostos e outras concessões concedidas pelo Estado, que justifica tal iniciativa na contrapartida das empresas que oferecerão condições para desenvolvimento econômico das localidades beneficiadas, em geral, os projetos elaborados e aprovados pelo legislativo municipal e estadual e sancionados pelo executivo são formatados pelo reconhecimento da fragilidade institucional perante o capital privado. Municípios como Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida e Cruz das Almas foram contemplados com unidades industriais, as quais estão ligadas ao capital estrangeiro e vinculadas ao novo momento de expansão industrial no Brasil e no Mundo (Mastrotto Reichert S/A, Indústria de Calçados Castro Alves S/A, Indústria de Calçados Conceição do Almeida Ltda, Calçados Bibi Nordeste Ltda, respectivamente).

Os investimentos industriais nas cidades do Recôncavo estão muito mais ligados aos novos fatores locais definidos pelas empresas envolvidas e na

vontade política dos grupos políticos interessados, do que da investigação da vocação ou aptidão territorial dos municípios nos segmentos industriais envolvidos, Apesar da implantação das unidades produtivas da Calçados Bibi Nordeste Ltda, em Cruz das Almas, e Mastrotto Reichert S/A, em Cachoeira, ter ocorrido no mesmo período, as motivações estarão vinculadas a ligação política dos seus respectivos gestores com o governo do Estado e a necessidade de impulso no volume industrial produzido em território baiano.

Muitas empresas que anunciaram investimentos para a Bahia nos últimos anos, antes de concretizar a alocação desses capitais sinalizam para os órgãos competentes — nesse caso a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) — com os protocolos de intenção de investimentos. Quase todas são filiais de matrizes multinacionais que estão atreladas a decisões exógenas não só à Bahia, mas ao próprio Brasil. Esses protocolos criam apenas a expectativa de concretização do investimento. No entanto são computados pelas estatísticas da SICM como investimentos industriais. Portanto, os investimentos já realizados no Recôncavo Baiano, assim como, outros que não foram concretizados, integram um plano político do governo do Estado em criar condições para justificar suas propostas e ações para crescimento econômico e desenvolvimento da região.

Em geral, foram implantadas indústrias que necessitam de uma demanda de trabalhadores relativamente alta, considerando os moldes de gerenciamento e produção industrial atual, as empresas que atuam nos segmentos de calçados e curtimento de couro necessitam de uma mão-de-obra abundante, não necessariamente, já qualificada, pois é possível promover treinamento e aprimoramento profissional de seus potenciais trabalhadores, tendo como exemplo o caso da Mastrotto Reichert e da Bibi Calçados que promoveram treinamento e qualificação nos municípios de origem dos trabalhadores ou levando os mesmos para suas respectivas matrizes no Centro-Sul do país. Assim, a chegada dessas unidades industriais no Recôncavo Baiano não obedece a um sistema integrado de planejamento de desenvolvimento regional e faz parte das ações de novos agentes da lógica do capitalismo internacional que encontra na Bahia, uma intencionalidade governamental de crescimento econômico, quando em muitas vezes equivocado.

Assim, como o que já tinha ocorrido com a implantação da Petrobrás em municípios como Madre de Deus, São Francisco do Conde e Candeias, os quais, a

partir dos anos 60 passam a conviver com um cenário político, social e econômico vinculado ao volume de capital de investimento produtivo gerado por esta empresa na região, criando uma espécie de dependência financeira e subordinação política, na atual fase, dando as devidas proporções, esse cenário se repete, quando os municípios passam a vincular como única possibilidade de crescimento econômico e desenvolvimento social, a implantação de unidades industriais capazes de gerar trabalho e renda.

Esse novo momento do Recôncavo Baiano que tem apresentado um crescimento no volume de capital produtivo, gerando uma forte participação do capital privado nos destinos políticos, sociais e econômicos dos municípios e potencializando uma nova forma de fragilidade do Estado, quando o mesmo reconhece sua limitação na capacidade de geração de trabalho e renda, transferindo esse compromisso para os segmentos industriais que se interessam pela região ou que são intencionalmente convidados a vir se instalar nessas localidades. É sobre esse processo vivido a partir do ano 2000 no município de Cachoeira e suas implicações socioespaciais que trata o próximo capítulo.

4 A TERRITORIALIDADE DA MASTROTTO REICHERT EM CACHOEIRA-BA

Nesse capítulo são apresentadas as análises realizadas durante todo percurso de pesquisa. Assim sendo, busca-se articular as idéias construídas a partir dos elementos crescimento econômico, desenvolvimento social e perspectiva político-administrativa que norteiam as ações envolvendo o grupo Mastrotto Reichert e o município Cachoeira.

4.1 O MUNICÍPIO CACHOEIRA E A EMPRESA MASTROTTO REICHERT

A cidade de Cachoeira está localizada na região do Recôncavo Sul, distanciada de Salvador, capital do Estado da Bahia, a cerca de 110 km. Com uma extensão territorial de 398 km², o município compreende a sede municipal, duas vilas em dois distritos e povoados, sendo ligado ao município vizinho, São Félix, por uma ponte que data do período imperial. Destaca-se o povoado de Capoeiruçu, que faz parte do distrito de Belém da Cachoeira, e onde está localizada a unidade industrial da empresa Mastrotto Reichert, a margem da BR-101, que dista 05 km da sede, conforme figura 04 e foto 01.

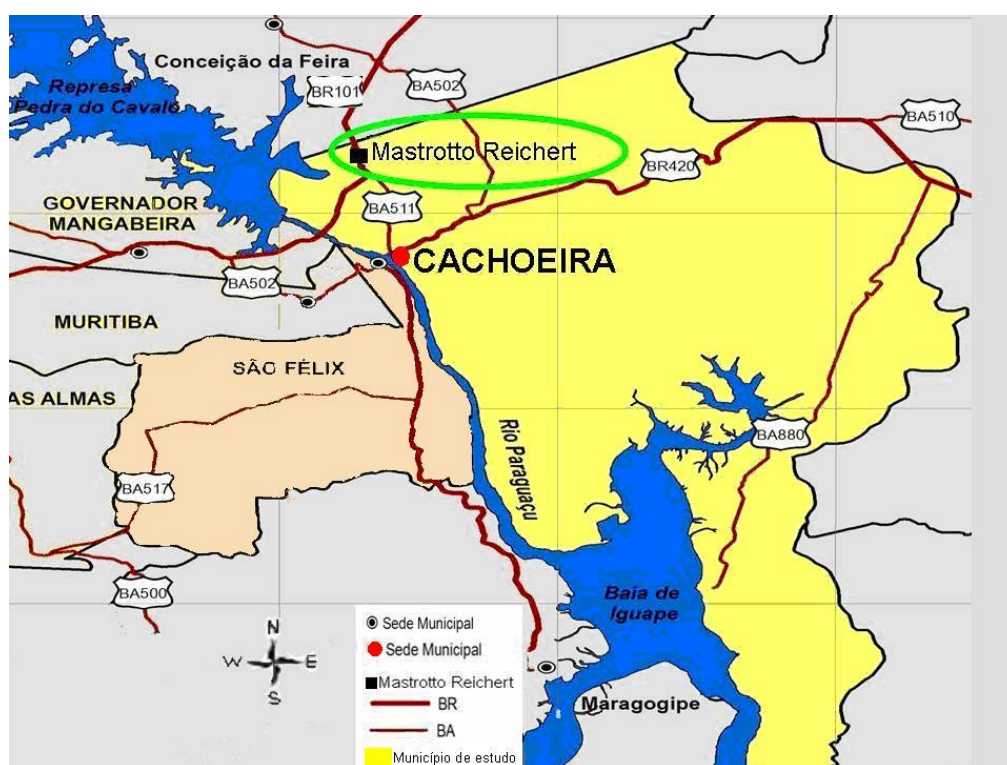


FIGURA 04: Localização de Cachoeira-BA e sede da Mastrotto Reichert

Fonte: SIG, 2010, adaptado por André Gustavo Pinheiro dos Santos

(a)



(b)



Foto 01:(a) Rod. BA- 511 – trecho - Cachoeira-Capoeiruçu, (b) Rod. BA- 511 – trecho – Capoeiruçu - Cachoeira

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos

O sítio urbano de Cachoeira é situado numa faixa de vale do rio Paraguaçu em seu baixo curso. O núcleo urbano compreende um importante centro histórico, herdado do período colonial com sua valiosa contribuição no processo de formação territorial e organização sócio-econômica do Brasil, que tem um continuum no centro histórico de São Félix, de onde derivam intensas relações comerciais, residenciais e culturais (figura 05). Vale destacar que esse continuum tem um perímetro urbano limitado e circundado por morros arredondados que dificultam o processo de ocupação urbana, tem sido colocado pelos governantes como um empecilho ao seu desenvolvimento sócio-espacial.



Figura 05: Ligação Cachoeira/São Félix

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Cachoeira é uma das cidades baianas que mais preservou a sua identidade cultural e histórica com o passar dos anos, o que a faz um dos principais roteiros turísticos do Estado da Bahia. Além disto, a imponência do seu casario barroco, das suas igrejas e museus, levou a cidade a alcançar o status de “Cidade Monumento Nacional” e “Cidade Heróica” (pela participação decisiva nas lutas pela independência do Brasil) a partir do decreto 68.045, de 13 de janeiro de 1971, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (foto 02).



Foto 02: Casa da Irmandade da Boa Morte – Centro Histórico de Cachoeira

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2010

A significativa presença de africanos e afro-descendentes em interação com os europeus de variadas nacionalidades em Cachoeira durante o período escravista, é um dos fatores que originou a riqueza e diversidade da cultura popular em Cachoeira. O município hoje é um baluarte cultural no contexto estadual e nacional, demonstrado nos seus inúmeros museus e movimentos populares, o que o torna marcante dentro de uma perspectiva histórico-arquitetônica-cultural brasileira.

O apogeu econômico do município se deu durante os séculos XVIII e XIX, quando seu porto era utilizado para escoamento de grande parte da produção agrícola do Recôncavo Baiano, principalmente açúcar e fumo, produtos até contemplados, em virtude do clima e solo propícios da região. Porém, a economia do município entrou em declínio com as alterações no sistema produtivo do Estado da Bahia e do país, e com as mudanças no sistema viário nacional, a implantação do rodoviarismo, a decadência da rede ferroviária e o não interesse pelo sistema aquaviário. Estas foram algumas das motivações, que somadas ao desinteresse

político dos governantes, potencializaram o fracasso econômico do município que irá conviver com um incipiente aproveitamento do seu potencial turístico.

A partir de 1940, Cachoeira entrou em uma fase de grande decadência, perdendo gradativamente a sua importância, à medida em que crescia o processo de seu isolamento. Com o desenvolvimento do transporte rodoviário, a ferrovia se tornou obsoleta e o transporte fluvial, que sempre representou fator preponderante na importância de Cachoeira, decaiu tanto, que chegou a ser suspenso. Crises se sucederam na área da indústria fumageira, chegando ao fechamento de fábricas, enquanto as respectivas lavouras, que ocuparam posição de liderança por mais de dois séculos, igualmente retrocederam, cedendo a primazia a outras regiões. Com isso, o município passou a conviver com um cenário de obsolência e degradação social, política e econômica, quando tudo isso, favorecia para a migração de sua população nativa, dos investimentos produtivos e das instituições do Estado.

Nesse contexto, dentro do município de Cachoeira, o povoado de Capoeiruçu experimentou tal processo, até que nos anos 80 (oitenta), com a implantação do Instituto Adventista de Ensino do Nordeste (IAENE) – à época escola de educação básica e atualmente também escola de ensino superior – o povoado iniciou um ciclo de revitalização socioeconômica, que vem se fortalecendo desde os anos 90 (noventa), com o funcionamento da Mastrotto Reichert.

Havia uma expectativa que perdurou durante décadas na necessidade de criar vias de desenvolvimento para a referida municipalidade, crescendo o interesse dos grupos políticos locais em viabilizar a chegada de investimentos no setor industrial, derivando da atuação do governo do estado que criava essa nova lógica de desenvolvimento regional/local.

Prefeitos, vereadores e lideranças políticas sempre vinculam o desenvolvimento do município ao programa de investimentos industriais nos municípios do interior da Bahia por parte do governo do estado. Assim será reconhecido aquele gestor ou grupo político que consiga trazer fábricas ou indústrias que possam gerar emprego e renda, segundo depoimento do ex-vereador e atual secretário de agricultura, indústria e comércio, o Sr. Carlos Lobo (2009),

A chegada da Mastrotto em Cachoeira viabilizou uma quebra do ciclo de decadência econômica do Município, porém, só aconteceu porque o Prefeito do Município naquele momento de implantação da indústria, era aliado político do Governo do Estado e o representante do município no congresso nacional era filho do governador. (entrevista, dezembro de 2009)

A visão deste agente público revela as condições de fragilidade do estado na promoção de políticas públicas no município e confirma como as corporações que têm chegado aos municípios do interior da Bahia se apropriam dessa fragilidade para legitimar seus interesses na base territorial onde estão se instalando, principalmente em razão de grande parte da população estar desempregada. No município de Cachoeira este fato soma-se ao incipiente aproveitamento do potencial turístico que não fora absorvido com eficiência.

O município de Cachoeira tem uma população total 32.035 habitantes (IBGE, 2010), conforme figura 06, na qual observa-se uma curvatura de crescimento acentuada entre os anos 1991 e 2000. Em sua maioria, a população cachoeirana é formada por jovens e adultos – com idade entre 15 e 24 anos (IBGE,2010).

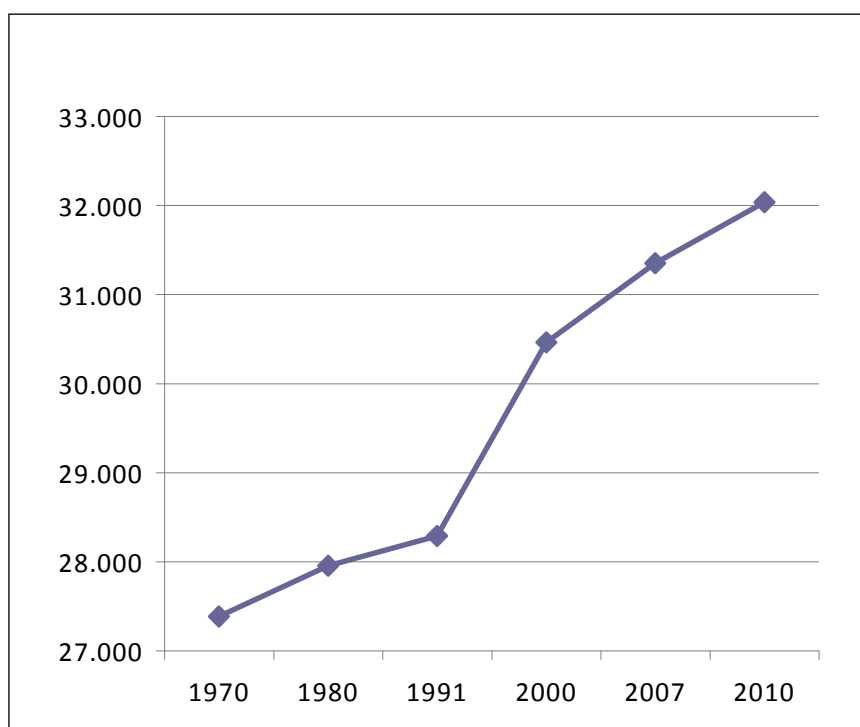


Figura 06: População total 1970 - 2010 – Cachoeira-BA

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000; 2007; 2010.

Elaboração: André Gustavo P. dos Santos, 2010

Com base no exposto, é possível tratar mais especificamente da relação entre o município e a empresa objeto de estudo. Como ocorre em grande parte dos municípios do interior do país que dependem exageradamente dos cofres municipais, o comportamento governamental em Cachoeira também é de ampliar esforços para atrair investimentos industriais, na busca de viabilizar vagas de

trabalho e amenizar os problemas sociais e econômicos, objetivando ainda suprir a ausência de programas eficientes de promoção social e crescimento econômico. Segundo o atual gestor municipal, o Sr. Fernando Antonio Pereira, (2009),

a prefeitura não pode funcionar como balcão de emprego e, é indispensável a chegada de unidade produtiva como a Mastrotto Reichert para viabilizar vagas de trabalho e oportunizar condições de emprego no município, a empresa é o terceiro maior segmento econômico na área de postos de trabalho com 325 vagas, perdendo apenas para a própria prefeitura municipal que oferta cerca 1.150 vagas entre funcionários efetivos e contratados e o grupo Pereira que com várias empresas oferece 450 vagas de trabalho . (Entrevista, dezembro de 2009)

Para ele, a maior indústria da cidade está no segmento turístico. Porém, o mesmo reconhece a fragilidade desse setor até o momento. Esse depoimento pode ratificar as idéias de Piquet (1998), quando afirma que as pequenas cidades passam a se constituir em espaços para que o capital corporativo atue, não necessariamente pela sua vocação para aquele segmento produtivo e, sim, pela própria fragilidade territorial do estado. Observe a descrição do grupo Mastrotto sobre sua unidade industrial em Cachoeira:

No ano 2000, em Cachoeira, pequena cidade histórica vizinha a Salvador-Bahia, no Nordeste do Brasil, fora criado um novo pólo de curtimento de couro, especializado na produção de peles bovinas para estofamento de móveis e automóveis. (Entrevista, novembro de 2009)

Assim, fica caracterizada a visão de corporativismo especulativo com que a empresa chega ao município. O empreendimento ocupa cerca de 45 mil metros quadrados de área construída (figura 07) e teve investimentos governamentais na sua infra-estrutura. Sua linha de produção faz uso de tecnologia de última geração, com uma equipe profissional que foi potencializada por colaboradores na Itália e Rio Grande do Sul. Os trabalhadores locais foram treinados para executar tarefas, principalmente na área de produção, no Sul do Brasil e na Europa.



Figura 07: Imagem aérea da unidade industrial Mastrotto Reichert

Fonte: Google Earth, 2010.

A implantação da Mastrotto Reichert em Cachoeira não se deu pelo valor histórico da cidade e, sim, pela possibilidade de ampliação do capital corporativo do grupo nessa porção territorial de apropriação da empresa. Para Dulcci (2002), o principal motivo que produz esse fenômeno é a guerra fiscal, atrelada aos interesses dos caciques políticos. Assim, a definição da Mastrotto Reichert por Cachoeira está associada aos fatores endógenos e exógenos de natureza política e econômica. Talvez isso explique porque, apesar de toda consagração atribuída ao grupo Mastrotto Reichert por políticos locais, não se conseguiu atrair outras empresas no segmento industrial para o município. O Sr. Fernando Antonio Pereira, prefeito de Cachoeira, afirma que tentou desde o seu 1º mandato atrair empresas paulistas, oferecendo concessões de impostos e tributos, porém, não obteve êxito.

Para Fonseca (2005), a tentativa desenfreada de crescimento ou desenvolvimento imposto na Bahia, nas últimas décadas, não consolida uma política de promoção social e superação dos problemas econômicos dos municípios do interior do estado. Em Cachoeira, por exemplo, a chegada da Mastrotto Reichert não dinamizou um pólo industrial no município, mas criou uma subordinação econômica

do município, ao capital da empresa. Cachoeira tem um PIB/percapita de 5.194,50 (cinco mil cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos) conforme dados mensurados do IBGE (2010). Segundo o Sr. César Schirmer, atual diretor da empresa residente no Brasil, a Mastrotto Reichert injeta mensalmente cerca de R\$ 500.000,00 com salários de trabalhadores diretos, e com capital produtivo total em torno de R\$850.000,00, entenda-se este último como o montante de recursos financeiros que integra economia local a partir dos fluxos produtivos mensais. Tudo isso confirma a visão da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do estado da Bahia (SICM), quando afirma o crescimento do PIB / per capita nos municípios que foram contemplados por unidades industriais.

A Mastrotto Reichert S/A, que mudou sua razão social para Mastrotto Brasil S/A em 2010, eliminando a fusão de capital com o grupo Reichert, que, de origem gaúcha, deixou de atuar no segmento industrial de curtimento de couro, faz parte de um grande conglomerado, composto por onze empresas, que somam um volume de capital de cerca de 500 bilhões de Euro por ano. A empresa atua em diversos ramos, como produção de baterias, curtimento de couros, confecção de roupas, entre outros, com presença na Itália, onde se originou, Indonésia e Brasil.

Segundo o Sr. César Schirmer, a fusão entre o grupo Mastrotto e grupo Reichert para implantação de um curtume em Cachoeira,

se deu pelas experiências de atividades comerciais entre as duas empresas no Centro-Sul do país, quando atuavam no beneficiamento de couro e produção de calçados, assim, facilitando seus interesses mercadológicos e atendendo a legislação econômica nacional para implantação de segmentos dessa natureza, a minha posição como diretor também, está vinculada a isso, já que eu era um funcionário de carreira do grupo Reichert e vim para a Bahia para colocar nos trilhos o funcionamento e produção do curtume. (Entrevista, novembro de 2009)

Assim, percebe-se como o grande capital articula suas estratégias para criar condições que favoreçam a sua reprodução. A Mastrotto, que tinha um terreno no município de Serrinha-BA, foi convidada para implantar sua unidade industrial no município de Cachoeira, convite realizado pelo governo do estado, o qual apresentava outros interesses em Serrinha. Essa empresa precisou se articular com o grupo Reichert que, em 1998, já tinha participado de um projeto dessa natureza em São Paulo. Na verdade, confirma-se o pensamento de Corrêa (2006), quando afirma que na sociedade capitalista contemporânea, a gestão e o controle do

território derivam em grande parte dos interesses das grandes corporações que estão articuladas, por densas e complexas funções e localizações.

O projeto-lei enviado pelo executivo municipal, em 1999, pelo então prefeito, o Sr. José Fernandes Maciel de Lima ao legislativo municipal, foi aprovado e sancionado pelo gestor municipal, tornando-se lei nº 555/99 de 30/12/1999 (vide anexo). Dispõe sobre a isenção de todos os impostos e taxas municipais e dá outras providências a Empresa Mastrotto Reichert S/A para sua instalação no município de Cachoeira por um prazo de 180 meses, assim como, das empresas empreiteiras que estarão realizando as obras de construção civil para implantação e operação da unidade de acabamento de couros. A única exigência para ser cumprida pela referida empresa, é a obediência aos termos contidos na legislação federal, estadual e municipal, pertinente ao Meio Ambiente, ação que se justifica pelo segmento industrial de acabamento de couro.

Reconhece-se assim o pensamento de Varsano (1997), quando afirma que a guerra fiscal é perversa, levando os municípios e estados a renunciar sua arrecadação, mas não sendo o único fator decisivo no jogo de estratégias locacionais das empresas. Portanto, outros fatores favorecem, nesse caso, a própria fragilidade da legislação e ordenamento territorial, haja vista que no atual plano diretor participativo aprovado, conforme lei municipal nº 730/2006 de 10/10/2006, não existem normas para definição e zoneamento de áreas no município indicadas para implantação de unidade industrial. Ainda assim, secretários municipais e outros agentes públicos revelam o interesse na atração de indústrias para o município. Nesse sentido, o Sr. Leonardo Almeida, atual secretário municipal de finanças e desenvolvimento econômico, afirma:

A atração de investimentos industriais para nosso município potencializa emprego e renda. Portanto, torna-se necessário criar estratégias que potencializem outras empresas a se interessar por Cachoeira. Assim, o prefeito sempre está tentando trazer novas indústrias. (Entrevista, outubro de 2009)

O município Cachoeira apesar de não ter mão-de-obra industrial já treinada para essa atividade, não possuir empresas especializadas nos serviços de manutenção de equipamentos industriais, não ser reconhecida pelo seu potencial industrial, reuniu outros interesses atrativos para os grupos envolvidos na

implantação do Curtume. Desse modo, a empresa criou suas próprias condições de funcionamento na localidade, o que fica claro no depoimento do Sr. César Schimer:

havia uma ausência de mentalidade industrial por parte das pessoas dessa região, que foi sendo adquirida com conversas e esclarecimentos sobre a necessidade dos trabalhadores de se profissionalizar e criar condições para não precisar trazer trabalhadores de fora. Apesar da necessidade de serviços de manutenção de Salvador e Feira de Santana, a confiabilidade que tenho em meus funcionários e a qualidade de produção deles hoje, garantem os resultados favoráveis da empresa em Cachoeira. (Entrevista, novembro de 2009)

Para o gerente administrativo do curtume, o Sr. Carlos Donivan, a presença da empresa em Cachoeira deve ser encarada como uma condição privilegiada para o município. Segundo ele,

a implantação do curtume em Cachoeira não obedece aos critérios administrativos e financeiros mais proveitosos para o grupo Mastrotto. A matéria-prima não está disponível em território baiano que tem um grande número de pequenos criadores de bovinos, existindo a necessidade de trazer de outros estados distantes como Goiás, Mato Grosso e São Paulo, ainda tendo a necessidade de exportar seus manufaturados pelo porto de Santos, por conta da estrutura de Calado do porto de Salvador. Entretanto, as concessões feitas pelo poder público estadual e municipal, juntamente com a presença de recursos hídricos disponíveis nas proximidades da fábrica e as garantias de não haver concorrência no setor de couro foram fatores decisivos na escolha do lugar. (Entrevista, novembro de 2009)

Os destinos do produto fabricado na unidade industrial em Cachoeira são os mercados estadunidense, europeu e, atualmente, tendo-se expandido para o mercado asiático. Isto exigiu da empresa o frete de embarcações mais sofisticadas e velozes para realizar o transporte e atender aos seus clientes. Logo, pode-se perceber que o município de Cachoeira, que vinha experimentando um processo de estagnação socioeconômica, passa a ser um dos pontos de conexão do capital corporativo.

4.2 ESTRATÉGIAS DE RELAÇÃO DA MASTROTTO REICHERT COM O TERRITÓRIO CORPORATIVO

A chegada da Mastrotto Reichert no município de Cachoeira se deu em prerrogativas que criaram certo embate político, social e econômico envolvendo diferentes visões sobre seu projeto de implantação, bem como, as políticas públicas

que contemplavam tal processo. Assim, foram acirradas as discussões, audiências públicas, visitas técnicas e até ida de representantes do poder público municipal e da sociedade civil para o Sul do país para conhecerem o sistema produtivo em operação da empresa. Existiam muitas dúvidas, muitos interesses em jogo, o que contribuiu para tal situação, até a aprovação da lei municipal que garantiria o funcionamento da empresa e a finalização das obras de construção da unidade industrial.

A empresa logo reconheceu a necessidade de se articular com a comunidade local, inicialmente, isso foi feito com o recrutamento de trabalhadores em parceria com a prefeitura municipal, através de uma seleção por currículo feita por funcionários do Pavilhão de Atendimento ao Trabalhador (PAT), órgão ligado ao poder público municipal e agentes da empresa que selecionavam pessoas para irem realizar o treinamento nas suas unidades no Rio Grande do Sul – Brasil e na região de Vicenza- Itália. Nesse momento era grande a procura de vagas, e maior ainda a expectativa dos selecionados em viajar para trabalhar em outra região ou outro país, como se pode ver no depoimento de um ex-trabalhador da empresa, o Sr. Júlio César,

era uma nova fase, conhecer outra realidade, garantir uma renda digna para minha família, oportunidade de qualificação profissional. Existiam muitas promessas que durante o treinamento no Rio Grande do Sul e na Itália pareciam verdadeiras, como bons salários e boas condições de trabalho, sendo que em nossa cidade não existia nada daquilo que estava sendo oferecido. (Entrevista, dezembro de 2009)

Nesse depoimento, fica claro como existiram interesses de criar uma mentalidade de aceitação e ou reconhecimento de compromisso da população local com a empresa que oferecia trabalho, renda e oportunidade de crescimento profissional. Já instalada e funcionando no município a partir do ano 2000, a empresa continua desenvolvendo suas estratégias de relação com a população local.

A unidade industrial, que já teve cerca de 800 funcionários, a maioria da cidade de Cachoeira, atualmente conta com 531 funcionários divididos nos setores de produção, administração e serviços gerais. Segundo o Sr. Carlos Donivan, essa redução no quadro funcional se deu pela modernização do sistema produtivo e qualificação profissional criada dentro da unidade. Os funcionários são de vários

municípios da região (tabela 01), estando eles submetidos ao funcionamento da empresa num organograma administrativo e operacional, a partir dos seus diretores, gerentes de setores, supervisores de áreas e auxiliares de supervisão, técnicos e servidores em geral.

Tabela 01. Quadro de trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira – 2009

Município de residência	Frequência	%
Cachoeira	325	61,2
Muritiba	96	18,1
São Félix	52	9,8
Conceição da Feira	26	4,9
Cruz das Almas	11	2,0
Feira de Santana	10	1,9
Governador Mangabeira	8	1,5
São Gonçalo	2	0,4
Amélia Rodrigues	1	0,2
Total	531	100,0

Fonte: Mastrotto Reichert S/A, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Evidencia-se nos dados da tabela 01 o grande contingente de funcionários da empresa residentes no município de Cachoeira, o que pode ser explicado tanto pelo acordos firmados entre a Mastrotto e o poder público municipal, quanto pela proximidade geográfica da unidade industrial. Para Brito (2008), essa situação revela a dimensão espacial de alcance dessas empresas, que ultrapassam os limites do território político de cada município envolvido.

Os funcionários, nos diferentes cargos e funções, obedecem ao sistema de gerenciamento produtivo e administrativo que promove o funcionamento da unidade industrial em quatro turnos diários. Dos trabalhadores foi exigido adequação a um modelo industrial de trabalho, atípico na região, posto que o trabalho se dá em

turnos e não obedecendo ao horário comercial, ou seja, das 08:00h. às 18:00h. Esta questão de horário de trabalho foi apontada pelos dirigentes da empresa como uma das maiores dificuldades para incorporar a mentalidade industrial nas pessoas da região. Cabe ressaltar que no município de Cachoeira, a população ativa tem uma forte presença de trabalhadores informais e com baixíssima remuneração, portanto, facilitando as estratégias de manipulação logística da empresa perante seus funcionários.

Para atender a esse sistema de funcionamento da empresa, a mesma disponibiliza transporte para seus trabalhadores, através de serviços terceirizados com empresas do setor de transportes que atuam na região, tendo destaque o grupo Cedraz – Materiais de construção e Transportes Ltda, que é responsável pelo transporte dos funcionários de Cachoeira, Muritiba e São Félix (tabela 02). É possível identificar que nem todos os funcionários da empresa usam desse serviço oferecido pela empresa, já que alguns funcionários usam seus próprios veículos e muitos que residem no povoado de Capoeiruçu, local onde está instalada a unidade industrial, não necessitam de veículos automotores para chegar até a fábrica, como eles costumam chamar. Eles vão de bicicletas ou a pé.

Tabela 02: Fluxo diário de trabalhadores da Mastrotto Reichert (transporte coletivo) – 2009

Origem de funcionários	Turnos								Total
	1		2		3		4		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Cachoeira	8	5,8	43	30,6	52	36,9	38	27,1	141
Muritiba	-	-	-	-	40	63,4	23	36,6	63
São Félix	-	-	32	61,5	20	38,5	-	-	52
Cruz das Almas	-	-	-	-	19	100,0	-	-	19
Feira de Santana	-	-	-	-	32	100,0	-	-	32
Total									307

Fonte: Grupo Cedraz – Materiais de Construção e Transportes Ltda, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009



Foto 03: Ponto de embarque e desembarque dos trabalhadores da Mastrotto Reichert

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009



Foto 04: Centro comercial da cidade de Cachoeira

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Para um morador da cidade de Cachoeira, o Sr. José Carlos Santos Leite,

quando os trabalhadores passam nos ônibus ao longo do dia, cria um cenário de cidade industrial, eu comemoro tudo isso, como a redenção econômica da cidade, e acho que deveriam chegar outras fábricas para oportunizar mais trabalho e renda. O município não para, dia, noite e madrugada, parece até que estamos na região metropolitana de Salvador ou no ABCD Paulista. (Entrevista, outubro de 2009)

Essa visão do morador revela as implicações socioespaciais que o empreendimento Mastrotto Reichert tem produzido no município de Cachoeira. A (foto 05) mostra esse cenário destacado pelo entrevistado citado anteriormente.



Foto 05: Fluxo diário do transporte coletivo dos trabalhadores da Mastrotto Reichert

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos

Os trabalhadores estão distribuídos em 04 (quatro) turnos de trabalho, o primeiro turno inicia-se às 01:36h., indo até às 06:00h. Este turno é ocupado apenas por trabalhadores de Cachoeira, da sede municipal e do povoado de Capoeiruçu. O segundo turno se inicia às 06:00h., indo até às 15:48h. Em seguida inicia-se o

terceiro turno que é finalizado às 01:36h. Nesses últimos são incluídos trabalhadores de outras cidades como Muritiba e São Félix.

O quarto turno é considerado administrativo e tem início às 07:00h., encerrando-se às 17:12h. Neste está concentrada a maioria dos funcionários do setor administrativo da empresa, que são de Cruz das Almas e Feira de Santana, fato justificado por parte dos dirigentes pela dificuldade de mão-de-obra qualificada nos municípios mais próximos.

A cidade histórica, anteriormente apenas conhecida pelo seu grande acervo arquitetônico e cultural, e a região, ficam atreladas ao novo sistema de controle corporativo efetuado pela empresa quando define as regras para o próprio funcionamento da vida urbana dos municípios envolvidos. Não se trata de um fluxo de veículos e pessoas e sim, de uma alteração no cotidiano de vida delas, de seus familiares e da comunidade em geral (foto 06).



Foto 06: Trabalhador da Mastrotto Reichert saindo de sua residência para o trabalho

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2010

Apesar da presença da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que, em 2006, implantou um dos seus campus no município e que tem trazido outra dinâmica na vida urbana do município, pela presença de estudantes de outras localidades que vivem o dia-a-dia em Cachoeira, pela procura de imóveis para alugar ou comprar pelos professores e funcionários que trabalham no campus, ainda é reconhecido pelos moradores locais a forte participação da Mastrotto Reichert na vida social, econômica no município e região. Veja depoimento do Sr. Antonio Francisco Almeida:

A Mastrotto garante trabalho para muitos cachoeiranos. Meus vizinhos, amigos e parentes ganham o pão de cada dia lá e, assim, sustentam suas famílias. Ouço dizer que a UFRB é boa, mas não vejo tantos cachoeiranos lá. Queria outras Mastrotto para ajudar a cidade a sair desse marasmo. (Entrevista, novembro de 2009)

Nesse sentido, também o poder público municipal se manifesta positivamente com relação a empresa, legitimando suas ações com a solicitação de contribuições financeiras para eventos culturais como festejos juninos, Natal solidário e festas religiosas, reformas ou construção de escolas, postos médicos, empréstimos de máquinas para recuperação de estradas vicinais, bem como, auxílio em projetos sociais desenvolvidos pelas secretarias municipais. Segundo o Sr. Alex Kaoner, atual secretário de educação e esportes do município de Cachoeira,

toda vez que tem sido solicitada a Mastrotto, a empresa mostra-se disposta a ajudar. Assim foi com a reforma da quadra poliesportiva municipal, com a reforma de escolas como Montezuma e Ana Neri, entre outras. Geralmente, o prefeito faz a solicitação e é atendido. (Entrevista, dezembro de 2009)

A secretária de ação social do município, a Sr^a Adriana Sousa, reconhecendo o trabalho desenvolvido pela empresa, fez um testemunho do compromisso social da mesma com a população num evento realizado em julho de 2009, na unidade industrial que foi aberta aos representantes da sociedade civil, agentes públicos e familiares de funcionários para conhecerem o funcionamento da empresa e suas ações no município, quando foi publicado um documentário sobre a vida social e econômica da Mastrotto no Brasil e no Mundo. Para ela, essa empresa mudou a vida social e econômica do município de Cachoeira e ampliou a possibilidade de atuação do poder público municipal.

Recentemente, a Mastrotto foi convidada a partir de uma parceria com a prefeitura municipal para construção de uma policlínica, a partir de um convênio de cooperação entre a empresa e o município, através da aquisição dos equipamentos de laboratórios e procedimentos médicos por parte da empresa. A contrapartida do município será disponibilizar atendimento para os funcionários da empresa, residentes no município, já que os mesmos não dispõem de plano de saúde privado, encontrando dificuldades para atendimento médico-hospitalar para eles e seus familiares. Percebe-se aí, a fragilidade do Estado que acaba se moldando ao capital e buscando desse executar ações que cabem ao poder público.

Instituições como a Igreja Católica e entidades filantrópicas também buscam algum tipo de benfeitorias da Mastrotto, tendo como exemplo a construção da quadra de esportes na Escola Paroquial da cidade, administrada pela Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira (OAPC). A empresa destinou todo o capital necessário para execução dos serviços. Segundo César Schirmer e Carlos Donivan, constantemente eles recebem solicitações de entidades ou grupos para realização de projetos sociais ou construção e reformas na cidade. Porém, existem critérios para formalização da parceria, principalmente, a prestação de contas dos investimentos feitos. Para eles, as pessoas precisam saber que a Mastrotto não é uma filantropia e, sim, uma empresa que visa lucros e tem sua responsabilidade social,

alguns chegam pensando que existe uma obrigação da empresa em custear tudo que é projeto “social” ou que interessa a poucos. As pessoas devem saber que existe um prefeito, vereadores e são eles os escolhidos para tratar de muitos dos problemas sociais e econômicos que chegam até nós. (Entrevista, novembro de 2009)

Para Dulci (2002), tudo isso acontece pelo modelo de implantação das unidades produtivas. A população fica tão fascinada pelos anúncios de garantia de melhoria de vida que irá ocorrer na chegada da empresa ao município, que passa a atribuir todas as obrigações sociais e econômicas ao capital corporativo. Por isso, muitos políticos utilizam desse mecanismo para fazer disso sua plataforma política.

Os dirigentes da empresa, quando questionados sobre o não uso do marketing social dentro do município e da região, responderam que seus clientes, principalmente do mercado europeu, quando visitam a unidade industrial, são

informados através de documentários, sobre tudo aquilo que desenvolvem e o cumprimento de responsabilidade social. E, ainda mais, disseram que divulgação local fica a cargo do prefeito que sabe muito bem usar disso. Fato bastante explicitado na fala do secretário de agricultura, indústria e comércio, que apesar de reconhecer a importância da Mastrotto para Cachoeira, desconhecia muitas das ações desenvolvidas pela empresa que, para ele, teriam sido desenvolvidas pelo poder público municipal, sem a participação do capital privado, o qual só passou a ter conhecimento com nossa entrevista.

A Mastrotto Reichert, assim como outras empresas que se instalaram nos últimos anos na Bahia, acaba potencializando expectativas de melhoria de vida e desenvolvimento econômico. Por isso, o estado entende a necessidade de criar condições atrativas a tais empreendimentos, lembrando que essa é a visão dos agentes públicos locais ou a tentativa de incorporar esse pensamento na mentalidade da sociedade local. Para Brito (2008) esse cenário já se apresentava no contexto baiano desde a implantação da Petrobrás no Recôncavo, quando os destinos de cidades como Madre de Deus, Candeias, São Francisco, entre outros, ficam condicionados ao sistema implementado pela referida empresa. É claro que o volume de capital circulante e o grau de subordinação econômica são diferentes nos dois casos, mas a fragilidade e aceitação do estado seguem os mesmos moldes, numa perspectiva liberal ou neoliberal.

As empresas usam de sua força econômica e prestígio no cenário corporativo, para flexibilizar o papel do estado. Assim, as corporações assumem condições favoráveis aos seus próprios interesses. Tendo como exemplo em Cachoeira, a doação de verbas para construção de casas populares por parte da Mastrotto Reichert, quando estas casas foram instaladas numa área periférica da cidade, onde o grau de pobreza é alto. Nessa localidade existia certo grau de insatisfação por parte dos moradores, quanto à circulação constante dos ônibus que fazem o transporte coletivo dos trabalhadores. A localidade está situada numa área de declividade acentuada, que compreende o trecho da via de acesso entre o povoado de Capoeiruçu e a sede municipal. Por tratar-se de uma via sinuosa, esse fluxo constante de veículos pesados, como ônibus que faz o transporte coletivo, causa riscos de acidentes (foto 07).



Foto 07: Via de acesso ao povoado de Capoeiruçu – unidade industrial Mastrotto Reichert.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos

Outro aspecto importante sobre a atuação da empresa e sua relação com o lugar se estabelece com as estratégias para que não exista manifestação de trabalhadores contra o sistema de gerenciamento operacional e administrativo. Geralmente, a comunidade local não aceita ou não apóia as manifestações dos trabalhadores, quando passam a exigir melhorias salariais e de condições de trabalho. Sempre se estabelece um quadro comparativo entre a realidade de trabalho do município e a empresa.

Em Cachoeira, segundo alguns ex-funcionários, quando a empresa percebeu que havia uma articulação para implantação ou filiação dos trabalhadores a sindicatos da categoria, começou uma forte pressão do poder público municipal para que os funcionários não atrapalhassem a vida da empresa no município. Por parte da empresa, foram tomadas algumas decisões como: naquele momento, não contratar mais trabalhadores do município, e sim, das cidades vizinhas, para desarticular o movimento e, posteriormente, com a indicação do sindicato para

contemplar a categoria, o qual foi definido pela própria empresa, sendo ele o Sindicato dos Trabalhadores de Couros e Artefatos de Feira de Santana (SINDCOFS). Para os ex-funcionários, alguns que foram demitidos nesse período, a empresa mostrou nesse momento sua força, sendo legitimada pelos interesses dos grupos políticos locais. Eles não conseguem entender como um sindicato de uma categoria pode ser definido pela empresa que está sendo questionada sobre suas práticas nas relações de trabalho, bem como, a interferência do poder público municipal em assuntos dessa natureza.

Por isso, Varsano (1997) diz que a guerra fiscal torna-se um fator inerente ao acirramento e fragilidade dos lugares para a chegada das empresas. O município disposto a conceder benefícios fiscais e atuar como agente pacificador entre trabalhadores e empresas, será o escolhido para o empreendimento corporativo. Os municípios contemplados com investimentos industriais, portanto, passam a funcionar, muitas vezes, como reféns do capital corporativo dessas empresas.

Logo, os municípios que ainda não foram contemplados ficam a procura de atrair tais investimentos industriais, já que muitos postulantes a prefeitos, em suas campanhas eleitorais, utilizam como marketing eleitoral a divulgação de reuniões com dirigentes de empresas e acordos para implantação de unidades industriais. Alguns prefeitos dos municípios próximos a Cachoeira afirmam que gostariam de ter em seus respectivos municípios unidades industriais semelhantes à Mastrotto Reichert. Veja o depoimento do atual prefeito do município de Muritiba, o Sr. Epifânio Marques Sampaio:

Estou batalhando junto ao governo do Estado para trazer uma indústria para o município. Assim teremos trabalho e renda, ajudando a prefeitura a solucionar o maior problema da cidade que é o desemprego. Estive visitando as dependências da Mastrotto, por convite de seus diretores. Aquilo é uma maravilha. Essa empresa deve continuar em Cachoeira e, eu, Tato, o prefeito de Cachoeira e outros, devemos lutar para que cheguem novas indústrias na região. (Entrevista, dezembro de 2009)

Esse discurso de líderes políticos pode ser entendido a partir de tudo aquilo que vem acontecendo em Cachoeira desde seu projeto até os dias atuais e justifica as ações da Mastrotto Reichert, enquanto representante do grande capital, quando cria e recria suas estratégias de relação com o lugar.

4.3 A MASTROTTO REICHERT E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA TERRITORIAL

A chegada das indústrias no interior da Bahia nos últimos anos tem sido festejada por muitos, criticada por outros e permite uma discussão ampla sobre esse tema. Ficam sempre evidenciadas questões como: os impactos econômicos gerados nas localidades onde são instaladas e os efeitos sociais produzidos pela implantação dessas unidades industriais. Nesse contexto, vem à tona a necessidade da análise da política pública adotada pelo Governo do estado e dos municípios para atrair as indústrias e ampliar os postos de trabalho, sem perder de vista o debate atual, que vem ocorrendo no meio acadêmico, sobre as correlações existentes entre crescimento econômico, desenvolvimento local/regional e qualidade de vida.

Nesse momento, torna-se necessário analisar os dados obtidos em campo a partir dos objetivos propostos para formatação da pesquisa, assim, cabendo ressaltar o interesse dado na análise das informações sobre a vida social e econômica dos moradores do município de Cachoeira, especialmente, aos moradores do povoado de Capoeiruçu que trabalham na Mastrotto Reichert ou que estão vinculados ao rendimento mensal desses trabalhadores. Portanto, é preciso incluir familiares, ambulantes, comerciantes que atuam nos mais variados ramos do varejo, proprietários de padarias, lanchonetes, bares, restaurantes, mercadinhos, supermercados, lojas de material de construção e outros que, direta ou indiretamente, são influenciados por esse novo agente que interfere na dinâmica social, política e econômica do município.

Segundo o secretário de Educação de Cachoeira, o Sr. Alex Kaoner, a presença da Mastrotto Reichert influencia na visão de preparação educacional da população local. Desde a chegada da empresa no município, o principal critério para contratação utilizado pela empresa foi a análise de currículo, como pode ser comprovado pelos dados contidos na tabela 03. Assim, 58% das pessoas foram admitidas por esse critério. Para o referido secretário, isso tem estimulado as pessoas a concluir o Ensino Médio. A maior presença de pessoas com Ensino Médio completo (tabela 04) revela que o critério para contratação utilizado pela empresa pode estar estimulando a busca de maior nível de escolaridade pelos postulantes aos postos de trabalho na empresa.

Tabela 03: Admissão de trabalhadores na unidade industrial Mastrotto Reichert - 2009

Formas de admissão	FREQUÊNCIA	%
Indicação de outros funcionários	82	41
Seleção por envio de currículo	116	58
Outros	2	1
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Tabela 04: Nível de escolaridade dos trabalhadores – Mastrotto Reichert - 2009

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	%
Ensino Superior Completo	10	5
Ensino Superior Incompleto	10	5
Ensino Médio Completo	80	40
Ensino Médio Incompleto	16	8
Ensino Fundamental Completo	44	22
Ensino Fundamental Incompleto	40	20
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

É importante ressaltar que os dados aqui apresentados correspondem a 62% do total de funcionários da Mastrotto Reichert que residem no município de Cachoeira e que foram sujeitos do estudo.

O maior percentual de trabalhadores com o Ensino Médio completo, com 40% (figura 09), confronta-se com um considerável percentual de indivíduos com baixo nível de escolaridade, assim como, um pequeno percentual dos trabalhadores que concluíram o Ensino Superior ou estão em andamento, revelando a complexidade de interpretações desse cenário na dinâmica salarial desses trabalhadores na empresa.

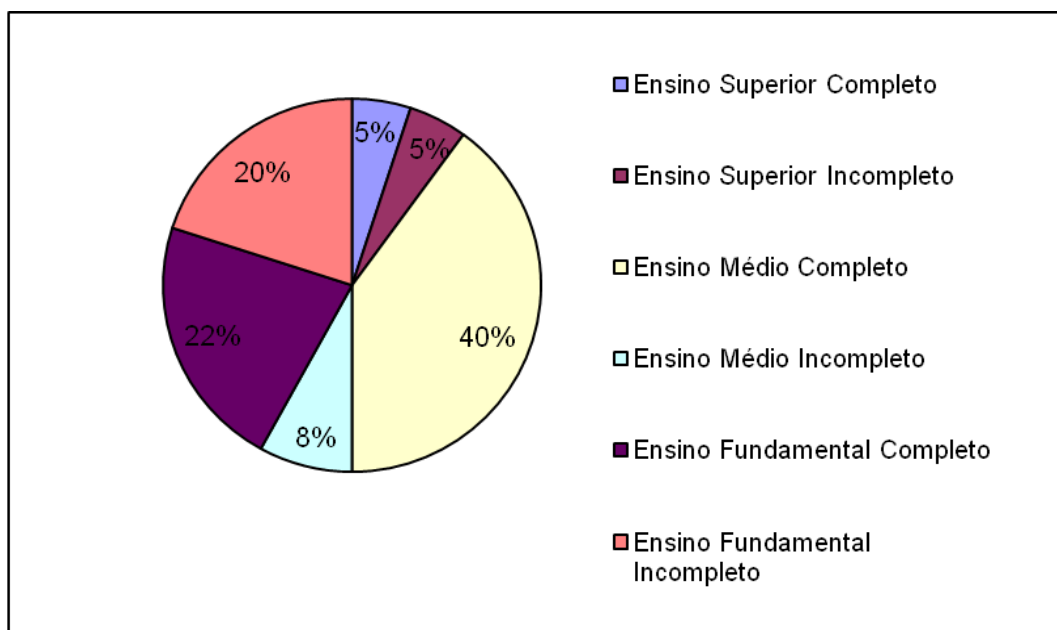


Figura 09: Nível de escolaridade dos trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira – 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

A existência dos diferentes níveis de escolaridade pode ser compreendida pelo tipo de trabalho executado pelos funcionários da unidade industrial. Os trabalhadores empregados na Mastrotto Reichert em Cachoeira ocupam funções que, necessariamente, não estão vinculadas ao nível de escolaridade, mas a um perfil profissional da produção industrial. Segundo o Sr. César Schirmer, atual diretor da empresa no Brasil, uma das dificuldades da empresa, estar na contratação de mão-de-obra escolarizada, não podendo ser compreendida pelos números revelados na pesquisa, assim, provavelmente esteja ligada ao tipo de mão-de-obra industrial pretendida pela empresa.

Nesse contexto, é possível compreender o perfil etário dos trabalhadores que, na maioria, ao concluir o Ensino Médio ou estando estudando, necessitam de um trabalho que possa garantir uma remuneração mensal para atender as necessidades domésticas e familiares, assim como, lazer e entretenimento. A busca de trabalho, nessa unidade industrial, por jovens e adultos, assim como, os maiores percentuais de trabalhadores entre 18 a 25 anos e 26 a 30 anos, identificados no total de 200 (duzentos) funcionários que participaram da pesquisa (tabela 05), confirma a interferência da empresa na oferta de postos de trabalho, para a população local, principalmente nessas faixas de idade.

Tabela 05: Distribuição etária dos trabalhadores – Mastrotto Reichert - 2009

IDADE	FREQUÊNCIA	%
18 a 25 anos	58	29
26 a 30 anos	70	35
31 a 35 anos	46	13
36 a 40 anos	14	7
Acima de 40 anos	12	6
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Além dessa interferência da empresa na oferta de trabalho para esse grupo etário, cabe destacar o grande percentual de trabalhadores do sexo masculino (figura 10) e (tabela 06), quando confirma o tipo de trabalho oferecido pela empresa. A atividade industrial ligada ao segmento de curtimento de couro, em geral, trata-se de um trabalho ainda muito executado por homens. Portanto, os 82% dos trabalhadores do sexo masculino, entre os 200 (duzentos) destacados na pesquisa, revelam que na unidade industrial da Mastrotto Reichert em Cachoeira esse cenário prevalece. No curtume é exigido força física e disposição para um trabalho mecânico de repetição de tarefas.

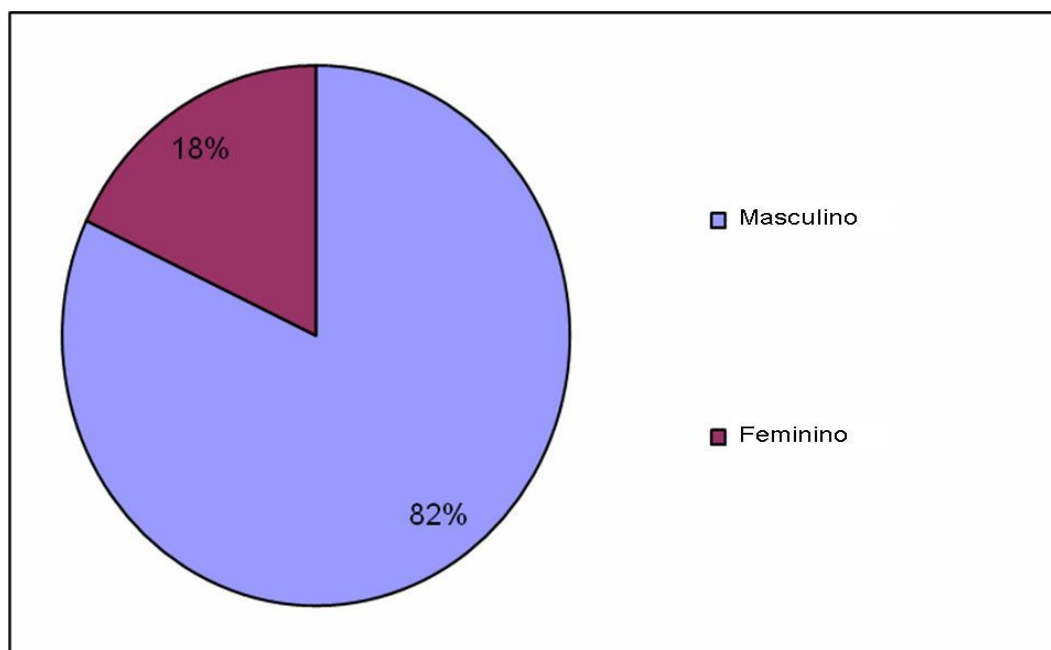


Figura 10: Distribuição por sexo – trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Tabela 06: Trabalhadores da Mastrotto Reichert - Sexo - 2009

SEXO	FREQUÊNCIA	%
Masculino	164	82
Feminino	36	18
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Geralmente, esses trabalhadores do sexo masculino são recentes chefes de família. Assim, são responsáveis pelas despesas familiares e usam seus rendimentos para despesas domésticas e entretenimento e lazer.

Desse modo, verifica-se como tudo isso acaba gerando implicações na economia do município, quando esses trabalhadores, a partir dos seus salários mensais, contribuem para ampliar o volume de capital circulante no comércio local. São pessoas que freqüentam mercadinhos da periferia da cidade e no povoado de Capoeiruçu, vão aos bares e restaurantes mais populares do município, muitos acabam tendo conta mensal e são queridos pelos seus respectivos proprietários que desejam mantê-los como clientes fiéis. Veja o depoimento de um proprietário de bar e restaurante no centro da sede municipal, o Sr. Zé Miúdo, como é conhecido na cidade, ele diz que:

Com a chegada da Mastrotto, o faturamento aumentou consideravelmente nos finais de semana, principalmente no período de pagamento da empresa, quando os trabalhadores recebem seus salários. Vejo que é positiva a presença da empresa em Cachoeira, pois se os funcionários consomem no estabelecimento comercial, isso acaba atingindo outros comerciantes, pois passo a comprar mais alimentos e bebidas para poder servir. As pessoas que criticam o funcionamento da Mastrotto em Cachoeira, torcem contra o desenvolvimento do município. (Entrevista, setembro de 2009)

Para o Sr. Marcos Amorim, mais conhecido como Marquinhos do Kiosk (proprietário de um bar/restaurante localizado numa área de lazer da sede municipal de Cachoeira, o Jardim Grande), a Mastrotto é o principal vetor de crescimento econômico do município, afirmando que:

É constante a presença de funcionários da Mastrotto aqui no kiosk. Eles são fiéis e sempre fazem comemorações e outros eventos, geralmente nos finais de semana. Posso confiar neles, pois recebem salários em dia e, assim, para alguns libero até o fiado. O ex-prefeito Zé Fernandes estava certo quando concedeu a isenção de tributos para a empresa. E agora, com as parcerias realizadas pela prefeitura e a empresa, só faz melhorar essa

situação. Equivocados eram aqueles que torceram contra a presença da empresa em Cachoeira. Hoje, eu e outros comerciantes temos um acréscimo substancial de nossas vendas graças a Mastrotto. Meu faturamento mensal ligado a essa empresa é superior a 60%, equivalendo a mais de R\$ 2.000,00. (Entrevista, setembro de 2009)

No povoado do Capoeiruçu, um proprietário de bar/mercearia, o Sr. Marcelo, afirmou que, com a chegada da Mastrotto Reichert, foi dada oportunidade de trabalho para jovens da localidade. Segundo ele:

As pessoas do povoado passaram a ter mais uma opção de trabalho. O primeiro maior empregador aqui no povoado é o Instituto Adventista de Ensino do Nordeste (IAENE). Porém, os trabalhadores da Mastrotto são os principais freqüentadores do meu estabelecimento comercial. Acredito que por se tratar de pessoas mais jovens, eles usam mais o dinheiro do salário para despesas diárias e diversão. (Entrevista, setembro de 2009)

As informações contidas na tabela 07 que retratam o uso ou aproveitamento da renda mensal, servem para compreender o destaque dado pelos senhores acima citados, os quais são ratificados por donos de mercadinhos e mercearias de bairros na periferia da sede municipal e no povoado de Capoeiruçu. Apesar de reconhecer a presença da Mastrotto como um investimento positivo no município, os comerciantes do setor de materiais de construção e outros não destacaram uma significativa influência em seus faturamentos mensais gerados pela chegada da empresa.

Tabela 07: Aproveitamento do rendimento mensal

USO	FREQUÊNCIA	%
Despesas domésticas e familiares	134	67
Entretenimento e lazer	40	20
Investimento na construção de casa, etc.	16	8
Pagamentos de consórcios ou financiamentos de carros e motocicletas	10	5
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

A situação descrita acima demonstra como é possível identificar que existem mudanças no comportamento social e econômico do município, especialmente, tratando-se do povoado de Capoeiruçu e da sede municipal, apesar de não atingir todos os segmentos da sociedade na mesma proporcionalidade. Sabe-se que empreendimentos dessa natureza passam a interferir no cotidiano social e no

dinamismo econômico das localidades envolvidas, mesmo não sendo eles que irão resolver todos os problemas de ordem social e econômica. Reconhece-se, assim, que mesmo os trabalhadores do sexo masculino, que antes migravam dos pequenos municípios em busca de trabalho nas cidades mais desenvolvidas, agora encontram possibilidades de permanecer em seus municípios de origem (figura 11 e tabela 08):

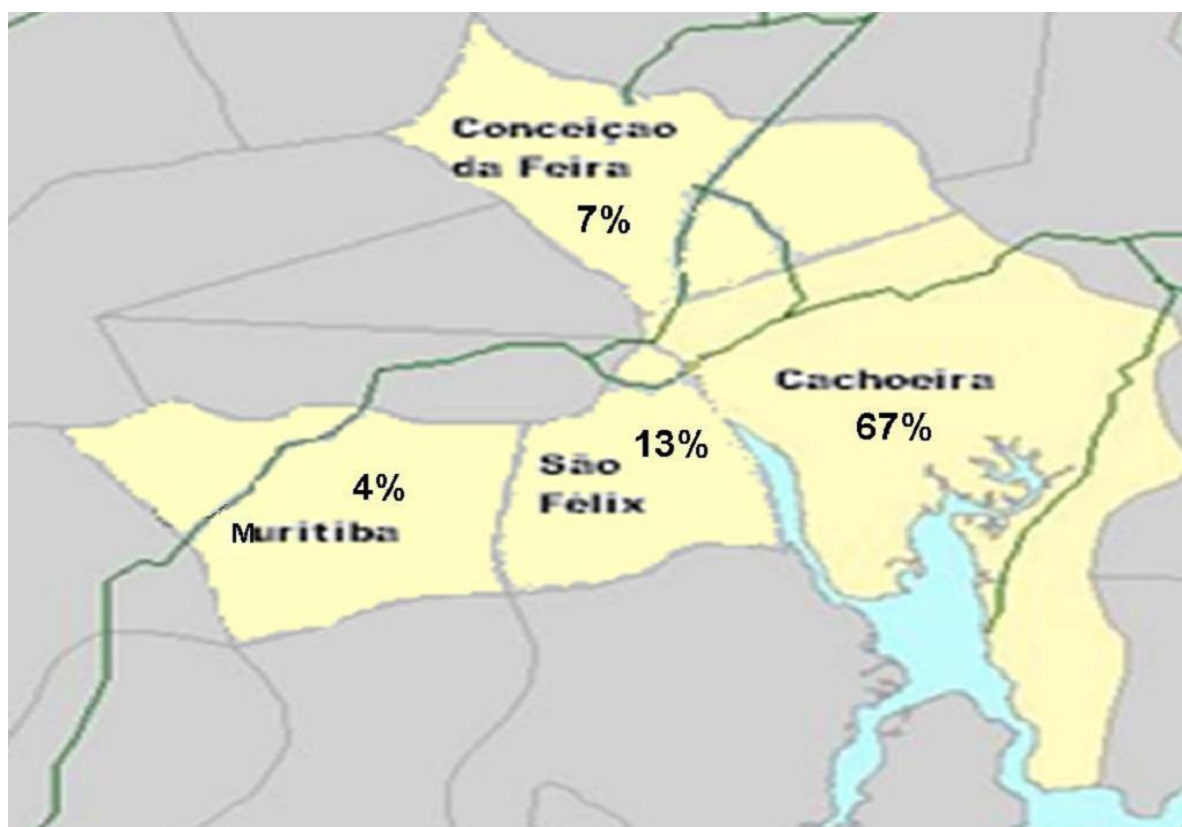


Figura 11: Naturalidade dos trabalhadores da Mastrotto Reichert - Cachoeira -2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Tabela 08: Naturalidade dos trabalhadores - Mastrotto Reichert - Cachoeira - 2009

MUNICÍPIO	FREQUÊNCIA	%
Cachoeira	135	67,5
São Felix	26	13
Muritiba	8	4
Conceição da Feira	14	7
Outros	17	8,5
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

O grande percentual de trabalhadores que nasceram no município de Cachoeira e permanência desses indivíduos em seu local de origem, revela a

influência da Mastrotto Reichert na vida social e econômica dos moradores que vivem na sede municipal e no povoado de Capoeiruçu, localidades nas quais foram encontrados os trabalhadores pesquisados.

Para o Sr. Joilson Santos, funcionário da Mastrotto Reichert do setor de produção, a cerca de dois anos, a sua permanência em Cachoeira, especialmente no povoado de Capoeiruçu, depende exclusivamente da manutenção de seu trabalho na fábrica. Segundo ele, sua demissão da fábrica provocará a necessidade de ir embora para encontrar trabalho em outro lugar. Assim, afirma que apesar de sua baixa remuneração, consegue pagar suas despesas e que provavelmente não encontraria algo diferente por sua baixa escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto).

O depoimento acima, pode ser melhor compreendido quando observa-se o perfil levantado entre os 54 trabalhadores da empresa que foram pesquisados no povoado de Capoeiruçu (quadro 01). Trata-se de um contingente de trabalhadores, na maioria formado por indivíduos nas faixas de 18 a 25 anos e 26 a 30 anos, com um nível de escolaridade baixo e que estão trabalhando na Mastrotto a menos de cinco anos.

Quadro 01: Perfil dos trabalhadores residentes no povoado de Capoeiruçu - Mastrotto Reichert - 2009

(Continua)

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Faixa salarial mensal	Tempo de serviço
01	18 a 25 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
02	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
03	36 a 40 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
04	31 a 35 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
05	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
06	18 a 25 anos	ensino médio incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
07	18 a 25 anos	ensino médio incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
08	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
09	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
10	26 a 30 anos	ensino médio incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
11	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
Entrevistado	Idade	Escolaridade	Faixa salarial mensal	Tempo de serviço
12	26 a 30 anos	Ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos

(Continuação)

13	26 a 30 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
14	26 a 30 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
15	31 a 35 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	Menos de 1 ano
16	18 a 25 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
17	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
18	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
19	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
20	26 a 30 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
21	18 a 25 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
22	18 a 25 anos	ensino médio completo	2 a menos de 3 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
23	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
24	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
25	36 a 40 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	1 a menos de 2 anos
26	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
27	18 a 25 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
28	18 a 25 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos 5 anos
29	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
30	26 a 30anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
31	18 a 25 anos	ensino médio completo	2 a menos de 3 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
32	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
33	36 a 40 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	1 a menos de 2 anos
34	31 a 35 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	Menos de 1 ano
35	18 a 25 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
36	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
37	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
38	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
39	26 a 30 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
40	18 a 25 anos	ensino médio incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
41	18 a 25 anos	ensino médio incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
42	26 a 30 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
43				
44	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos (Conclusão)
Entrevistado	Idade	Escolaridade	Faixa salarial mensal	Tempo de serviço
45	26 a 30 anos	ensino médio incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos

46	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
47	26 a 30 anos	Ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
48	26 a 30 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	3 a menos de 5 anos
49	26 a 30 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
50	18 a 25 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
51	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
52	36 a 40 anos	ensino médio completo	1 a menos de 2 salários mínimos	5 a menos de 7 anos
53	31 a 35 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos
54	18 a 25 anos	ensino fundamental incompleto	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 anos

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos

A presença dos trabalhadores jovens e adultos no sistema operacional da empresa e o indicativo dos dirigentes da empresa da ausência de mão-de-obra qualificada, assim como o baixo número de trabalhadores nas atividades que exigem maior grau de escolaridade e qualificação profissional, principalmente no setor administrativo (figura 12), revela a necessidade de uma discussão ampla sobre o assunto por parte dos agentes públicos e sociedade civil organizada. Não é possível permanecer o interesse de atrair investimentos industriais para o município sem uma salvaguarda de investimentos para a preparação eficiente de trabalhadores e repetir o modelo aqui apresentado.

A caracterização de um perfil de trabalhadores que estão diretamente ligados a unidade industrial da Mastrotto Reichert no povoado de Capoeiruçu, justifica-se pela necessidade de analisar a existência de implicações concernentes ao funcionamento da empresa e a vida das pessoas residentes nessa localidade. Esses trabalhadores são pessoas que precisam de um trabalho, têm uma baixa remuneração e que vivem num município pobre, assim, altamente dependente do capital produzido e circulante por parte desse segmento industrial.

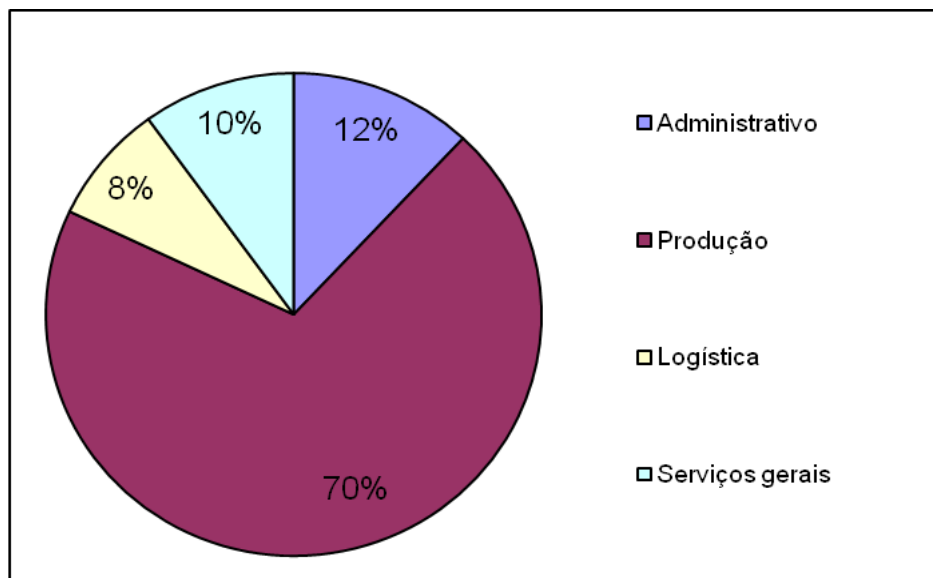


Figura 12: Função dos trabalhadores na Mastrotto Reichert – Cachoeira - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Esse elevado percentual representando o setor de produção está relacionado ao tipo de qualificação profissional utilizada pela Mastrotto Reichert, quando resolveu se instalar no município de Cachoeira. As tarefas executadas dependem de força física e noções básicas de domínio técnico. Contudo, garantirá um status de trabalhador do setor industrial. Para alguns comerciantes locais, ou funcionários que ocupam cargos de gerência e supervisão, essa mentalidade de funcionário de indústria fará com que haja uma dificuldade para se recrutar trabalhadores com escolaridade compatível, principalmente, para o comércio local. Veja o depoimento de Sr. João, gerente do supermercado Pereira,

A Mastrotto não influenciou nossas vendas. Eles não compram aqui, os funcionários, geralmente, compram em mercadinhos de bairros e já perdemos bons funcionários, devido aos melhores salários que eles conseguem pagar. Sempre ouvimos que nossos funcionários colocaram currículo na empresa. Para a vida social do município é bom, mas para a saúde administrativa e econômica de nossa empresa é ruim. Às vezes, qualificamos o trabalhador e depois eles tomam. (Entrevista, dezembro de 2009)

A influência de uma empresa como a Mastrotto num município como Cachoeira e o reconhecimento das empresas menores que estão presentes e do grau de apropriação exercido pela empresa que identifica tudo isso nas ações do cotidiano

de pedidos feitos por agentes públicos, grupos sociais e até mesmo algumas dessas pequenas empresas, para definir suas estratégias de relação como o lugar. Salários em dia, garantia de trabalho sem precisar sair para outros municípios, atualmente, a preferência dada para trabalhadores locais e as campanhas a favor, feitas pelos agentes públicos municipais e outros beneficiados, fazem da Mastrotto Reichert, um “grande herói” na constituição das territorialidades corporativas criadas por essa empresa no município de Cachoeira.

Sobre os salários pagos aos seus trabalhadores, cabe destacar o impacto financeiro produzido pela empresa no município, com cerca de R\$500.000,00 (Mastrotto Reichert, 2009) que são injetados mensalmente em Cachoeira. Isso mobiliza a economia e desdobra-se nos postos de trabalho que são criados por essa renda. Conforme tabela 09, com uma grande parcela de trabalhadores que recebem entre 1 e 2 salários mínimos e remuneração que não passa de 5 salários mínimos, para aqueles que ocupam cargos de gerência e supervisão, a Mastrotto é um dos maiores empregadores e com melhores remunerações para seus trabalhadores no município. É importante salientar a necessidade de comparar a tabela 09 e a figura 13 com a tabela 10, que destaca cargo/função dos trabalhadores. Assim, é possível entender a relação entre o binômio rendimento / função desempenhada, quando se verifica o baixo número de trabalhadores no setor administrativo. Tendo os mais elevados níveis de escolaridade, são os que recebem as melhores remunerações.

Tabela 09: Faixa salarial mensal dos trabalhadores – Mastrotto Reichert - 2009

REMUNERAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
De 3 a menos de 5 salários mínimos	12	6
De 2 a menos de 3 salários mínimos	16	8
De 1 a menos de 2 salários mínimos	172	86
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Tabela 10: Função na unidade industrial – Mastrotto Reichert - 2009

CARGO / FUNÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Administrativa	24	12
Produção	140	70
Logística	16	8
Serviços gerais	20	10
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

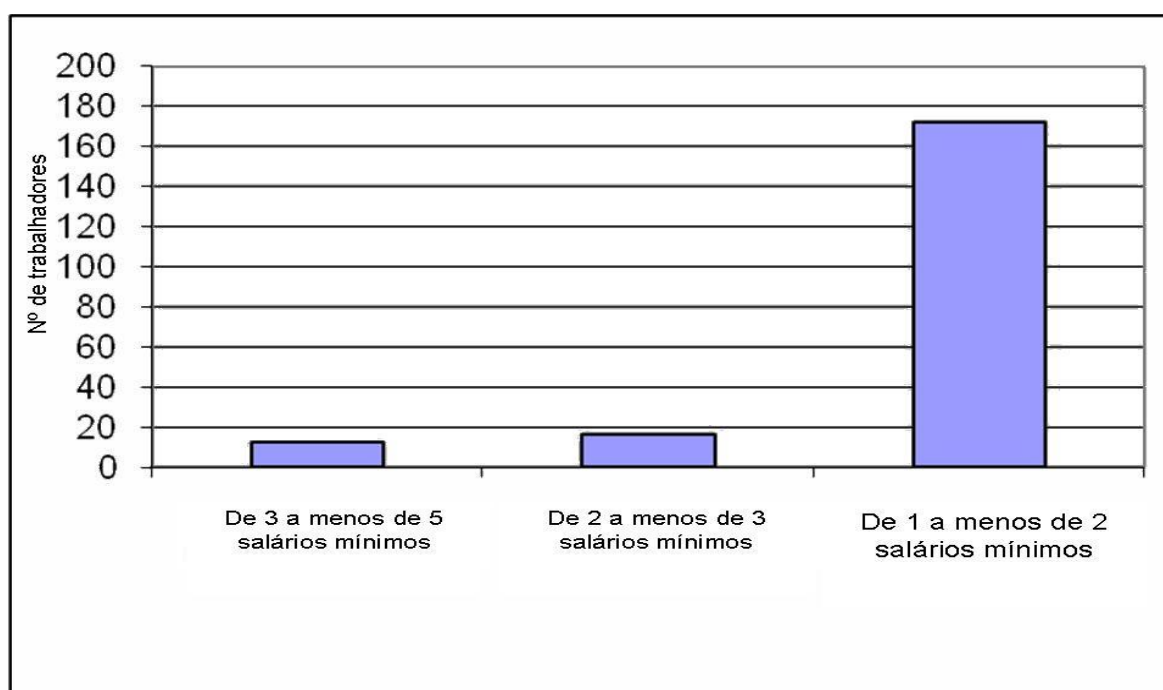


Figura 13: Faixa salarial mensal dos trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

O expressivo percentual de trabalhadores que ganham de 1 a 2 salários mínimos, entre aqueles que foram pesquisados, traz a tona uma questão importante. Reconhecer o papel exercido pela Mastrotto Reichert em Cachoeira, seus desdobramentos na vida social e econômica do município, não significa ratificar esse modelo de desenvolvimento proposto ao longo das últimas décadas no interior do Estado da Bahia e outros estados periféricos da Federação. Também é válido considerar que a realidade econômica brasileira, especialmente tratando-se de Cachoeira, é tipicamente esta. O salário mínimo no Brasil tornou-se salário médio e costuma ser pago aos trabalhadores com esse perfil indicado pela pesquisa.

Considerando a implantação e funcionamento da unidade industrial da Mastrotto Reichert em Cachoeira a partir do ano 2000, apenas 19% dos trabalhadores permanecem empregados até 2009. O maior número deles tem um tempo de serviço na empresa entre 5 a menos de 7 anos (tabela 11 e figura 14). Essa rotatividade é comum quando se trata desses segmentos industriais. A visão corporativa da empresa é quanto mais trabalhadores treinados, maior será o exército de reserva e sempre existirá uma mão-de-obra aperfeiçoada. Para o Sr. Moisés Pinheiro (entrevista em novembro de 2009), ex-funcionário da empresa, não existe um interesse por parte da empresa em manter seu quadro de funcionários. Esse pensamento não é aceito por Robson Pinheiro (entrevista em dezembro de 2009), irmão do citado anteriormente e um dos supervisores de setor da empresa. Para este, o que provoca essa rotatividade é a falta de compromisso de muitos trabalhadores que estão acostumados com o mercado informal, onde trabalham o dia e a hora que querem. Apesar da visão contrária deles, os mesmos reconhecem essa rotatividade e confirmam os dados obtidos em campo. Portanto, baixos salários não garantem a empregabilidade e assim, acaba criando uma filosofia de aceitar o pouco.

Tabela 11: Tempo de serviço dos trabalhadores – Mastrotto Reichert - 2009

DURAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
7 anos e mais	38	19
5 a menos de 7 anos	48	24
3 a menos de 5 anos	32	16
2 a menos de 3 anos	40	20
1 a menos de 2 anos	22	11
Menos de 1 ano	20	10
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

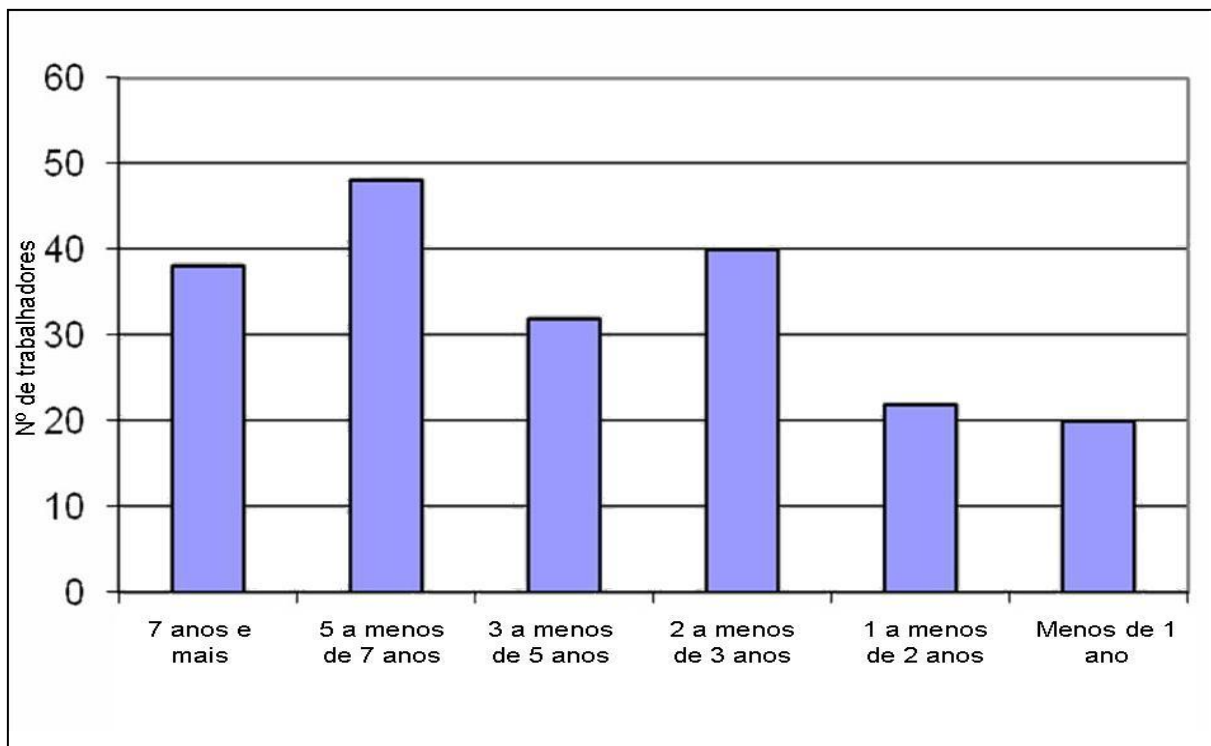


Figura 14: Tempo de serviço dos trabalhadores da Mastrotto Reichert – Cachoeira - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Algumas das vantagens oferecidas pela empresa para seus trabalhadores não passam de mecanismos de qualificação profissional do capital produtivo. Dentre eles, cita-se o programa de qualificação profissional para trabalhadores, que é desconhecido por uma pequena parcela dos mesmos. Esse fato pode ser comprovado na figura 15, quando 54% diz participar e outros 46% afirmam nunca ter participado disso na empresa.

Esses percentuais revelados acima trazem um aspecto importante a ser analisado. Existe uma irregularidade na oferta desse programa de qualificação ou existe uma ausência de conhecimento dos trabalhadores sobre o assunto, bem como, uma fragilidade na oferta desse serviço pela empresa.

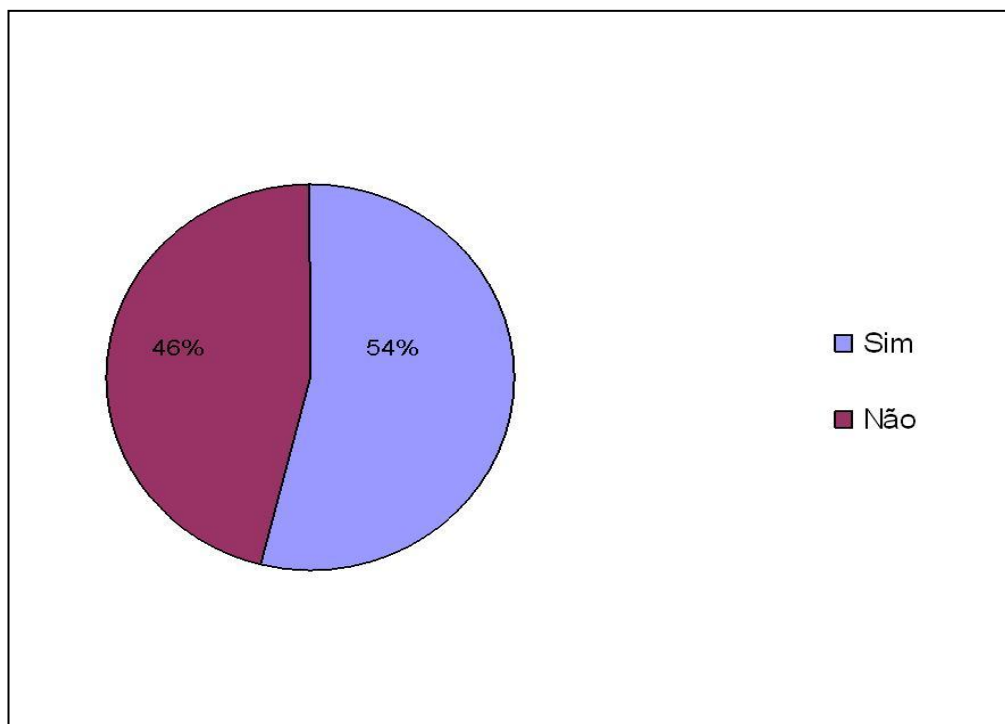


Figura 15: Programa de qualificação profissional – Mastrotto Reichert – Cachoeira - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Assim, empresas como a Mastrotto Reichert, criam suas estratégias para reprodução do capital e valorização do sistema corporativo. Conforme a tabela 12 e figura 16, fica bem explicitado que 50% dos seus trabalhadores fazem empréstimos ou financiamentos diretamente com a empresa ou consignados para suprir dívidas ou supostas aquisições. Os salários pagos aos trabalhadores não são compatíveis com as suas reais necessidades e criando uma rede de alienação do trabalhador em relação à empresa. É vantajoso para a empresa realizar esses empréstimos aos seus trabalhadores. Isso passa a ser concebido como preocupação social da empresa perante seus funcionários, trazendo a mostra a tentativa de adequação aos vários modelos industriais, quando nessa atual fase do sistema industrial, o interesse é ter trabalhadores satisfeitos com o sistema de gerenciamento produtivo e administrativo das unidades industriais.

Tabela 12: Benefícios concedidos pela indústria para trabalhadores

TIPOS DE BENEFÍCIOS	FREQUÊNCIA	%
Auxílio refeição	18	9
Vale transporte	58	29
Empréstimo e financiamento	100	50
Nenhum	24	12
TOTAL	200	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Ainda discorrendo sobre essas novas estratégias de gestão e administração da empresa, perante os seus trabalhadores e a população em geral, a Mastrotto se insere nesse novo processo quando começa a atuar na promoção de programas de qualidade de vida, tendo como exemplo, as atividades de terapia ocupacional dentro do setor de produção e no acesso das famílias as dependências da empresa para conhecerem a vida profissional da empresa. Apesar disso, ainda é muito tímida a presença de seus trabalhadores nos eventos ou momentos de terapia ocupacional. Apenas 18% dos trabalhadores que foram abordados durante a pesquisa disseram que participam das atividades de terapia ocupacional (figura 16).

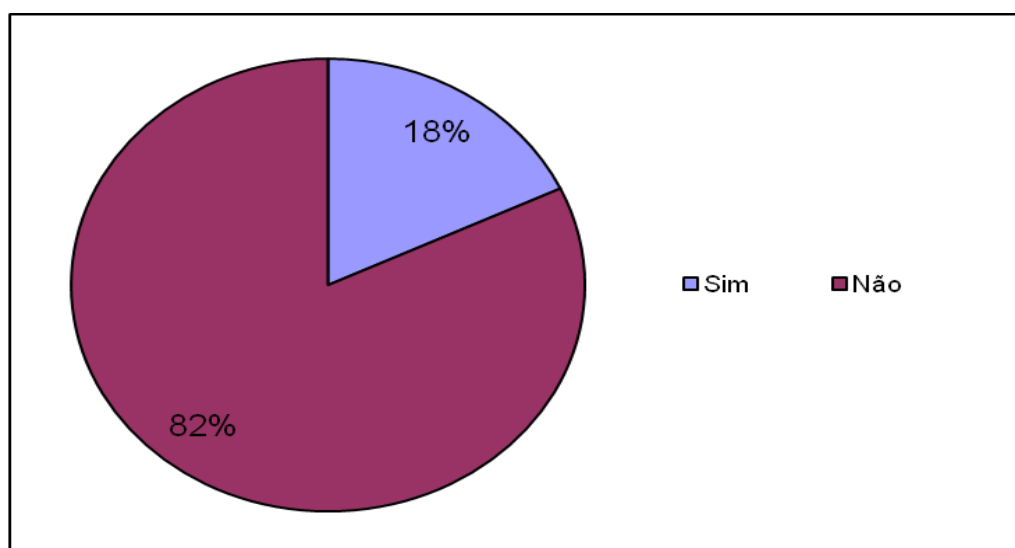


Figura 16: Programa de qualidade de vida – Mastrotto Reichert – Cachoeira - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Elaboração: André Gustavo Pinheiro dos Santos, 2009

Sobre esse tema, geralmente, são associados temas como saúde coletiva e saúde dos trabalhadores, quando empresas do segmento industrial estão se

instalando nos municípios. Discussões sobre o sistema produtivo, o destino dos resíduos industriais, a contaminação de solos, água e pessoas. Apesar de não ser o foco desse trabalho, que está centrado nas questões inerentes ao território corporativo e que se define com a presença dessa empresa, durante a pesquisa buscou-se coletar informações sobre possíveis impactos no contexto de saúde pública e meio ambiente. Porém, os responsáveis pelas referidas pastas do poder público municipal afirmaram não existir qualquer tipo de denúncia ou insatisfação da comunidade local sobre o funcionamento da empresa no município. Para o secretário de saúde, o Sr. Mamede Dayube (entrevista, outubro de 2009), a Mastrotto ainda contribui com a saúde municipal quando faz doações para reformas e recuperações de postos de saúde da família e, recentemente, tenta-se uma parceria para construção de uma clínica especializada na área laboratorial e de imagens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um estudo dessa natureza deve atender aos princípios básicos que centram o problema de pesquisa que dá alicerce à construção dessa dissertação. Assim, focou-se na proposta a tentativa de responder a seguinte questão: de que modo a implantação e funcionamento da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A repercute na dinâmica socioespacial do município de Cachoeira-BA? Para buscar responder a esse questionamento, definiu-se as estratégias de relação que a empresa tem mantido com o município, assim como os impactos sociais e econômicos que são produzidos e compreendidos por agentes públicos e a sociedade civil na dinâmica territorial local.

A atuação do capital corporativo manifestado pelo Grupo Mastrotto em Cachoeira e sua dimensão social e econômica, para ser compreendida, dependeu de uma visão socioespacial desse objeto de estudo. Para entender as implicações socioespaciais produzidas a partir da implantação e funcionamento da unidade industrial no município, precisou-se fazer uma leitura do quadro social e econômico dessa localidade e compará-lo com o atual cenário identificado pelos sujeitos de pesquisa e atribuído ao grupo empresarial. Para tanto, o trabalho sustentou-se na sistematização de um processo teórico-metodológico capaz de responder aos interesses do estudo.

Este processo de construção de um alicerce teórico-metodológico, para sistematizar as idéias sobre espaço, território e corporações, acabou mostrando um caminho a ser seguido para tentar atingir o problema central já explicitado. Era preciso compreender que a chegada da Mastrotto em Cachoeira não era um fenômeno isolado e, sim, fazia parte de uma conjuntura construída pela nova lógica do capital corporativo internacional. Porém, necessitava-se analisar os agentes endógenos e exógenos que participavam desse processo. Crescimento econômico, desenvolvimento social e atuação do Estado eram elementos destacados dentro do estudo, bem como, a dinâmica produzida pela Mastrotto na caracterização desses elementos. Deste modo, realizou-se o estudo, sem o objetivo de ser conclusivo, mas que permitiu tecer algumas considerações.

A primeira delas refere-se aos diferentes entendimentos conceituais sobre o papel exercido pelas corporações na manipulação dos territórios aonde passam a atuar, assim, avançando uma possível compreensão sobre as idéias que possam

definir a existência de um território corporativo. Para isso, buscou-se desenvolver uma atividade passível de múltiplas interpretações sobre território, chegando a inferir sobre o modelo de apropriação e manipulação que as empresas corporativas criam sobre o território. Entenda-se nessa perspectiva território, enquanto uma porção do espaço em que o grande capital impera seu poder e domínio das relações sociais e econômicas, as quais são manipuladas e tem no Estado a fragilidade de gestão.

Associando este referencial teórico com a experiência da presença da Mastrotto Reichert em Cachoeira, é possível entender que os antigos fatores locacionais para implantação das unidades industriais, já cedem espaço a novos e mais articulados fatores locacionais reconhecendo, assim, o modelo para implantação no interior da Bahia, o qual deriva de uma articulação bem combinada e às vezes, não entendida por indivíduos que criticam, apenas por criticar, a presença de políticas públicas voltadas para impulsionar o capital corporativo, sem investigar esse fenômeno numa perspectiva de passividade ou visão científica do tema. A discussão não deve estar centrada no Estado que cria políticas de isenção de impostos e outros benefícios para essas empresas. Mas é preciso centrar o entendimento sobre o que se fazer para reduzir essa dependência do Estado em relação ao grande capital.

As implicações sociais e econômicas decorrentes da presença da Mastrotto Reichert no município fortalecem as idéias de discutir como é possível criar mecanismos de promoção de desenvolvimento sustentável para atender as reais necessidades dos lugares e assegurar as potencialidades dos lugares. Não adianta dizer que as corporações dominam, manipulam e centralizam o poder, sem criar políticas efetivas para atender as expectativas das pessoas que vivem nos municípios com características semelhantes a Cachoeira. Apesar da presença de outras unidades industriais, situadas em municípios do Recôncavo, observa-se que não existe uma conexão entre elas. Apenas fizeram parte do velho modelo de se fazer política de desenvolvimento regional na Bahia, ou seja, o desenvolvimento ser conquistado quanto maior o investimento produtivo.

A proximidade geográfica entre os municípios, o favorável sistema viário regional e as amplas interações sociais e econômicas entre eles, confirmam a necessidade e possibilidade de uma articulação regional voltada ao segmento industrial, com uma ampliação dos setores produtivos industriais e até mesmo a criação de um suporte para o sistema operacional dessas indústrias já instaladas e

aquelas que possam chegar. Durante a pesquisa foi destacado a ausência na oferta de peças, ferramentas e máquinas para reparos no setor industrial e a distância para encontrar tais elementos em cidades como Feira de Santana e Salvador.

Por fim, pode-se afirmar que o grande desafio em relação às atuais políticas de desenvolvimento regional implementadas no Estado da Bahia, como derivante de uma política nacional e global, atrelada a fragilidade do Estado, está na ausência de políticas de planejamento governamentais que atendam as particularidades de cada município. Em Cachoeira, desde a implantação da Mastrotto Reichert, em 2000, não foi feito nenhum outro programa de desenvolvimento para setor produtivo da cidade. Continua-se aguardando a chegada de outra empresa como a Mastrotto. Mais recentemente, com a implantação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), surge uma nova discussão sobre os caminhos para o desenvolvimento social e econômico do município. Porém até aqui não é possível identificar ações por parte do Estado e da sociedade civil para definir as estratégias mais eficientes nesse contexto.

É preciso que sejam feitas intervenções nas principais políticas de desenvolvimento até aqui implementadas e buscar novos vetores de desenvolvimento articulado com o lugar. A prefeitura municipal de Cachoeira, os sindicatos, as entidades de classe, as organizações não-governamentais, a Mastrotto Reichert, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), as faculdades particulares instaladas na região e o Governo do Estado da Bahia devem se articular para desenvolver projetos que sejam capazes de proporcionar melhoria de vida para a população local. É viável que sejam feitos programas voltados a melhoria na qualificação tecnológica, com a criação de cursos nas instituições de ensino superior, voltados ao mercado de trabalho oferecido pela empresa, sendo garantido acordo de contra-partida pela empresa. Aos órgãos públicos caberia a função de articulação e monitoramento dos projetos e programas a serem desenvolvidos junto aos outros envolvidos no processo.

REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó-SC: Argos, 2002.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: MORELLI, Gustavo; BRAGA, Christiano; LAGES, Vinícius (Org.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará /Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p. 25-69.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In:RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2001.

_____. Mitos da descentralização: maior democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 44-66,1996.

BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciências e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. **Indústria calçadista na Bahia**.Salvador:Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000.

BAHIA. **Governo do Estado da Bahia**. Disponível em: <www.bahiainvest.com.br>. Acesso em: 20. maio 2006.

BAHIA. Decreto nº. 8.205, de 3 de abril de 2002. Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE e constitui o seu Conselho Deliberativo. **Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo**. Salvador, 4 abr. 2002.

BAHIA. Governador (Paulo Souto) 2003-2006. Bahia 2020: O futuro a gente faz. **Plano Estratégico da Bahia**. Salvador: SEPLAN, 2003.

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. **Investimentos Industriais da Bahia no período 1999-2005**. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2007.

BRITO, Cristóvão. Revisando o conceito de território. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano IV, n. 6, p. 12-20, jul. 2002.

_____. Algumas observações sobre o conceito de território. **Agora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 115-131, jul./dez. 2005.

BRITO, Cristóvão. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. 299 p.

_____. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, R. B. The New International Division of Labor, Multifunctional Corporations and Urban Hierarchy. In: DEAR, M.; SCOTT, A. J. **Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society**. London: Methuen, 1981.

CORRÊA, R. Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, R. Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Hucitec, 1992.

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Políticas Públicas**, Brasília, n. 18, p.95-107, jun. 2002.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó-SC: Grifos, 1999.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização**. Feira de Santana: UEFS, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, R. Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política**. Barcelona: Península, 1976.

LENIN, Vladim Irlich. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres**. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, Lílian Barreto; AQUINO, Mirtes Cavalcante de. In: Variáveis que Influenciaram as Decisões de Investimentos Industriais na Bahia: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Investimentos Industriais da Bahia**: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003. Salvador: SEPLAN, 2005. p. 17-26.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Orçamento e Gestão**. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em 14 de set. 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia Pequena Historia Critica**, 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. Antônio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Tradução de Urânia Sampaio. 3. ed. Paris: PUF, 1998.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005**. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) –, Universidade Salvador, Salvador, 2008

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RAFFESTIN Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília Feança. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo – razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____.O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) **Território, Globalização e fragmentação**.São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 2002.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB da Bahia**. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2008.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo; UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Sylvio B. de Mello e; SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia. Departamento em Geografia, 2003.

SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Org). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Brasília-DF: Sebrae, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In : CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território. Um exercício metodológico para a leitura territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A.D; SPOSITO E.S.; SAQUET, M.A **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrav: Unioeste, 2004.

UDERMAN, Simone. **Padrões de organização industrial e políticas de desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia**. 2006. 198 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

VARSANO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 15, p. 4-18, jun. 1997.

APÊNDICE

Apêndice A - Roteiro de entrevistas para gestores e agentes públicos municipais



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

- 01- Qual (is) o(s) princípio(s) de bases legais para implantação de indústrias no Município?
- 02- Como se definem os projetos de benefícios locacionais para empreendimentos produtivos no Município?
- 03- Existe alguma legislação específica para tratar desse assunto na lei orgânica do Município?
- 04- Você ou vocês conhecem efetivamente o projeto para implantação e funcionamento da indústria no Município?
- 05- Existe algum tipo de obrigatoriedade da indústria em relação ao poder público municipal?
- 06- Os acordos previstos no projeto inicial estão sendo cumpridos? Quais? Por quê?
- 07- É possível mensurar o incremento econômico para os cofres do poder público municipal?
- 08- Existe algum tipo de parceria público-privada entre o Município e a referida indústria?
- 09- Em termos sociais, o que a indústria representa para o Município?
- 10- Já existe algum tipo de estratégia por parte do Município para atrair outros investimentos dessa natureza?
- 11- A saída dessa indústria do Município de Cachoeira trará problemas socioespaciais para o poder público municipal? Quais? E, como resolvê-los?

Apêndice B - Roteiro de entrevistas para dirigentes da indústria Mastrotto Reichert



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

- 01- Qual a origem da indústria e suas principais áreas de atuação?
- 02- Como se estabeleceu a fusão entre o Grupo Mastrotto e o Grupo Reichert?
- 03- Existem outros exemplos de fusões do grupo com outras empresas do ramo de beneficiamento de couro ou outro segmento produtivo? Onde?
- 04- Como se deu a definição locacional e a escolha para implantação da indústria em Cachoeira?
- 05- Quais foram os critérios básicos para tal escolha?
- 06- O que o Município de Cachoeira representa para essa indústria?
- 07- O que essa indústria representa para o Município de Cachoeira?
- 08- Inicialmente, quais foram as estratégias para seleção ou recrutamento de trabalhadores? O que mudou no que diz respeito às estratégias?
- 09- Existem dificuldades para o funcionamento da indústria no Município de Cachoeira?
- 10- Existe algum tipo de ação ou atuação relacional entre a indústria e a população local?
- 11- Existe alguma parceria público-privada entre a indústria e o Município?
- 12- É possível mensurar o capital gerado com os empregos diretos e indiretos pela indústria mensalmente no Município e Região?
- 13- Em tempos de crise financeira, a indústria sofreu algum tipo transtorno ou benefício em seu sistema produtivo?

Apêndice C - Roteiro de entrevista com ex-trabalhadores da indústria Mastrotto Reichert



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

- 01- Como se deu seu ingresso na indústria? Quando? Quais critérios foram utilizados para sua admissão?
- 02- O que esta indústria representou para você e seus familiares, no que diz respeito à vida social e econômica?
- 03- Ocorreram mudanças significativas em seu cotidiano em função de seu trabalho?
- 04- Durante sua permanência no quadro funcional da indústria você foi beneficiado com algum tipo de capacitação ou qualificação profissional? Ocorreu mudança de nível de trabalho?
- 05- Qual era sua margem salarial? Havia reajustes salariais previstos pela categoria ou sindicatos agregados?
- 06- O que levou à sua demissão? Quais motivos impulsionaram esse fato? Quando?
- 07- Ficaram seqüelas de sua passagem pela indústria? Quais?
- 08- Atualmente, como cidadão morador de Cachoeira, o que esta indústria representa para o Município na sua concepção?
- 09- Você reconhece algum tipo ação de responsabilidade social por parte da indústria com o Município de Cachoeira?
- 10- O que mais chama sua atenção sobre o funcionamento da indústria no Município de Cachoeira?

Apêndice D - Roteiro de entrevista com organizações sociais e sindicatos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Organização / Sindicato: _____

Líder / Representante: _____

01) Como é a relação entre a organização ou sindicato da classe com o corpo dirigente da indústria?

02) Há conhecimento de programas ou projetos de parceria público-privada por parte da indústria e do poder público municipal? Sabe como ele ocorreu e/ou participou?

03) Existe cumprimento das ações previstas no projeto original pra implantação e funcionamento da indústria?

04) Como são fiscalizados os direitos trabalhistas? Já existiram ações que motivaram o cumprimento da legislação?

05) De que forma esta organização ou sindicato poderia inserir-se mais nas ações ligadas aos trabalhadores e indústria?

06) Como avalia a presença dessa indústria no município de Cachoeira?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
 MESTRADO EM GEOGRAFIA

- 01) Sexo: F M
- 02) Faixa etária: 18 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos
 36 a 40 anos acima de 40 anos
- 03) Naturalidade _____
- 04) Nível de escolaridade:
 ensino fundamental incompleto ensino fundamental completo
 ensino médio incompleto ensino médio completo
 ensino superior incompleto ensino superior completo
- 05) Cargo ou função na indústria:
 administrativo produção apoio logístico serviços gerais
 Qual _____
- 06) Admissão na indústria:
 indicação de outros funcionários seleção por meio de currículo
 intermédio do poder público municipal Outros _____
- 07) Tempo de serviço:
 menos de 1 ano de 1 a menos de 2 anos de 2 a menos de 3 anos
 de 3 a menos de 5 anos de 5 a menos de 7 anos 7 anos e mais
- 08) renda salarial mensal:
 de 1 a menos de 2 salários mínimos de 2 a menos de 3 salários mínimos
 de 3 a menos de 5 salários mínimos de 5 a menos de 7 salários mínimos
 mais de 7 salários mínimos
- 09) Existe algum tipo de incentivo para qualificação profissional por parte da indústria?
 Sim Não
- 10) Você já participou de algum curso de capacitação profissional oferecido pela indústria?
 Sim Não
- 11) Você como trabalhador da indústria tem acesso a:

- plano de saúde auxílio refeição vale transporte
 empréstimos e financiamentos próprios da empresa

12) Existe algum tipo de programa de qualidade de vida oferecido pela indústria aos seus trabalhadores?

- Sim, qual _____ Não

13) Como você avalia o sistema operacional da indústria, no que diz respeito aos seus trabalhadores?

- Excelente Bom Regular Insatisfatório

14) Seu grau de satisfação com o trabalho é:

- Ótimo Bom Regular Péssimo

15) O que você considera mais importante em trabalhar na indústria em Cachoeira?

16) Em geral, seus rendimentos mensais são usados para:

- despesas domésticas e familiares entretenimento e lazer
 investimentos na construção de casas e outros
 pagamento de consórcios ou financiamentos de carros e motos
 entretenimento e lazer Outros _____

17) Em sua opinião, o que essa indústria representa para a vida social e econômica do Município de Cachoeira?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
 MESTRADO EM GEOGRAFIA

01- Ramo de atividade comercial que atua:

bares e restaurantes lanchonetes e delicatessen mercadinhos e supermercados
 hotéis e pousadas casas de materiais de construções

02- Frequência de consumidores da indústria:

constante parcial inexistente

03- Aumento do fluxo financeiro no estabelecimento comercial provocado pela inserção da indústria na cidade:

até 10% de 10% a 20% de 20% a 30% de 30% a 40%
 de 40% a 50% de 50% a 60% acima de 60%

04- Em sua opinião, o crescimento econômico na cidade provocado pela chegada da indústria é:

inexpressivo baixo regular alto

05- Em valores monetários, qual o rendimento médio mensal gerado pela indústria em seu estabelecimento comercial?

06- Existe algum tipo de parceria ou convênio entre a empresa e seu estabelecimento comercial.

Sim Não Qual? _____

07- Em sua opinião, a chegada dessa indústria em Cachoeira alterou a dinâmica de empregos e renda dos trabalhadores locais.

Sim Não

Como? _____

08- Em seu estabelecimento comercial foi feito algum tipo de incentivo aos trabalhadores para mantê-los, devido à chegada da indústria. Qual?

09- A presença da Mastrotto Reichert em Cachoeira é:

positiva negativa inexpressiva

10- Qual sua justificativa para a resposta anterior?

11- Quais as perspectivas referentes à Mastrotto Reichert em Cachoeira?

ANEXO